

CRESOL DONA EMMA:
10 anos gerando
desenvolvimento sustentável

Cledir A. Magri
Egon Gabriel Junior
Organizadores

CRESOL DONA EMMA:
10 anos gerando
desenvolvimento sustentável

Passo Fundo
IFIBE
2011

© 2011 Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE)

Edição: Editora IFIBE
Revisão de Texto: Fabio Giorgio
Capa, Normatização e Diagramação: Diego Ecker
Impressão e Acabamento: Gráfica Berthier

Rua Senador Pinheiro, 350 - Rodrigues
99070-220 - Passo Fundo - RS
Fone (54) 3045-3277
E-mail: editora@ifibe.edu.br
Site: www.ifibe.edu.br

Cresol Central SC/RS

Rua Esparta, 46 E - Centro
89805-025 - Chapecó – SC
(49) 3361-4800
cresolcentral@cresolcentral.com.br

CIP – Catalogação na Publicação

C919 Cresol Dona Emma: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável / Cledir A. Magri, Egon Gabriel Junior Organizadores. – Passo Fundo : IFIBE, 2011.
108 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 978-85-99184-76-9

1. Cooperativismo. 2. Cooperativas. 3. Economia social. 4. Agricultura familiar. I. Magri, Cledir A., org. II. Gabriel Junior, Egon, org.

CDU: 334.73

Catalogação: Bibliotecária Lidiane Corrêa Souza – CRB 10/1721

2011

Permitida reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.
Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Nesta obra intitulada *Cresol Dona Emma: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável* queremos dedicar e agradecer um conjunto de pessoas e entidades que fazem parte destes 10 anos de história da Cresol Dona Emma. Dedicamos e agradecemos:

Todos os *associados*
que depositaram a sua confiança
na Cresol Dona Emma nestes seus 10 anos de história.
É graças a estes que a cooperativa cresce e se desenvolve;

A cada *conselheiro de administração e fiscal*
que participaram da vida da cooperativa buscando de forma
permanente garantir sua viabilidade;

Todas as *entidades parceiras* da Cresol
em especial o Sindicato Local e Regional
da Agricultura Familiar (SINTRAF) e o CEMEAR
que auxiliaram de forma Direta nos trabalhos da Cresol na região;

Os *funcionários* que fizeram e os que ainda fazem parte
do quadro funcional da cooperativa,
atuando em prol do fortalecimento da cooperativa;

A Cresol Central SC/RS é Base Serrana e Vale
pela relação sistemática com a Cresol Dona Emma
criando as condições políticas e operacionais
para o desenvolvimento da cooperativa;

Aos agentes comunitários de desenvolvimento e crédito
que atuam de forma permanente nas suas comunidades em
vista de fortalecer a Cresol Dona Emma;

Todas as *comunidades*
na qual a Cresol Dona Emma possui área de atuação;

As famílias que decidiram fazer parte da vida da Cresol
aderindo ao seu projeto;

O *governo federal e municipal*
que de uma forma ou de outra tiveram ou tem relação com as
ações desenvolvidas pela Cresol Dona Emma;

Aos autores que escreveram os artigos deste livro
sistematizando várias informações nestes 10 anos da cooperativa;

Conselho de Administração da Cresol Dona Emma
02 de março de 2011.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação	13
Dona Emma: história e características	19
1. Localização, aspectos naturais e geográficos.....	19
2. A origem do nome “Dona Emma”.....	22
3. Dona Emma, sua história começa assim.....	23
4. A trajetória de Dona Emma.....	25
5. A vida econômica de Dona Emma.....	26
5.1. As principais atividades agrícolas.....	28
5.2. A situação atual da economia.....	31
6. Movimento econômico das principais atividades agrícolas.....	32
6.1. Dados gerais sobre o município.....	34
6.2. Dados sobre a população.....	34
7. Uma viagem pela história de Dona Emma.....	36
Cresol Dona Emma: uma história de desafios e conquistas	45
1. Considerações iniciais.....	45
2. Origem do cooperativismo	46
3. Cooperativas de crédito rural com interação solidária – Cresol.....	49

4. A constituição da Cresol Dona Emma.....	57
5. A Cresol formando e construindo lideranças.....	62
6. Expansão para outros municípios.....	64
7. Construção da sede da cooperativa.....	66
8. A Cresol como agente de desenvolvimento.....	69
9. A Cresol como espaço de exercício da democracia.....	73
10. Desafios para a Cresol Dona Emma.....	80

Cresol Dona Emma: potencializando

o desenvolvimento local sustentável e solidário.....	83
1. Considerações iniciais.....	83
2. Concepção de sociedade desenvolvida.....	84
3. Concepção de desenvolvimento local.....	86
4. Concepção de desenvolvimento sustentável.....	89
5. As entidades do município de Dona Emma.....	99
6. A Cresol Dona Emma fomentando o desenvolvimento local.....	100
7. Considerações finais.....	103

PREFÁCIO

A cooperação como instrumento de erradicação da pobreza

O Sistema Cresol SC/RS desde sua constituição, no ano de 1995, busca de forma constante construir um cooperativismo de crédito calcado na lógica da solidariedade, potencializando o desenvolvimento local de forma sustentável e solidária. A cada ano, a Cresol, além do crescimento nos seus indicadores, consolida sua marca, sua credibilidade e, acima de tudo, possibilita a transformação econômica e social de milhares de famílias.

Em 2010, a Cresol Central SC/RS, por meio de suas 60 cooperativas e 94 Unidades de Atendimento, ultrapassou a marca de 93 mil associados, atingindo mais de um bilhão de reais em ativos a partir da movimentação financeira dos seus cooperados. São muitas as famílias que a cada ano mudam sua condição social e econômica devido aos trabalhos desenvolvidos pelas cooperativas que disponibilizam linhas de crédito e repasses do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (*Pronaf Custeio e Pronaf Investimento*) e também por conta de investirem recursos próprios, além das linhas de crédito que estimulam a habitação rural e urbana. Na medida em que os agricultores acessam o crédito, há uma transformação em suas realidades, pois o crédito acompanhado de Assis-

tência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem permitido que os cooperados ampliem sua produção e, conseqüentemente, sua renda, conquistando assim uma significativa melhora na qualidade de vida.

A forma de atuação do Sistema Cresol SC/RS tem permitido a cada ano a inclusão financeira de milhares de pessoas que até então estavam excluídas do sistema financeiro nacional, pois o crédito, como o estamos afirmando, é um elemento estratégico na lógica de desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, o cooperativismo de crédito, mesmo com sua pequena participação no sistema financeiro nacional aproximadamente 2,5%, cumpre um importante papel, tanto local como regionalmente, sempre levando em conta os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Evidentemente que este cenário relacionado ao crédito sinaliza um projeto ideal em que os recursos permitem aos agricultores aumentarem sua produção, sua renda, mas existem situações nas quais os agricultores, mediante o acesso ao crédito, acabam endividando-se, devido a um conjunto de fatores que compõem a natureza do negócio. Diante destes dois cenários expostos, acreditamos que existe um saldo positivo no qual os agricultores estão gradativamente mudando suas condições de trabalho e a convivência no meio rural, melhorando sua qualidade de vida. Sendo assim, o cooperativismo possui expressiva contribuição para a erradicação da pobreza nas comunidades na qual está inserido, pois o crédito possibilita mudanças substanciais na estrutura familiar, nos seus diferentes âmbitos.

Importante ressaltarmos ainda que, no último período avaliado, vários foram os avanços no marco legal do cooperativismo de crédito no Brasil, o que permitiu sua maior expansão e nessa mesma lógica, estimular avanços no campo das políticas públicas para a agricultura familiar. Tais melhoras impactam positivamente o crescimento do Sistema Cresol SC/RS, já que os avanços no marco legal, somados à qualificação e à

constituição de novas políticas públicas para a agricultura familiar, são ingredientes valiosos para garantir as conquistas do Sistema. Atrélendo esses dois pontos ao fato da Cresol possuir um modelo de cooperativismo calcado no controle social – na gestão horizontal democrática e participativa, no trabalho dos agentes de desenvolvimento, nas reuniões nas comunidades, nas pré-assembleias, na formação técnica e política para seus vários segmentos, entre outros mecanismos de governança que compõem o escopo operacional e estratégico do Sistema Cresol.

Mesmo com o conjunto de avanços ocorridos no último período por parte do Sistema Cresol SC/RS, existem ainda um conjunto de desafios que deverão ser pautados pela Cresol Central. Destacamos que a Cresol reforça seu compromisso com a atuação no tema do PRONAF, nas suas diferentes linhas, enfrentando o desafio de garantir a viabilidade do crédito por parte dos agricultores familiares. Existe a demanda de ampliar a atuação na área da habitação rural, em parceria com a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF), Caixa Econômica Federal e, nesse mesmo sentido, aumentar os projetos de habitação com modelo da bioconstrução.

O Sistema Cresol busca consolidar o programa nacional de ATER para seus agricultores familiares Pronaf Sustentável e o respectivo fomento para ampliar a produção agroecológica, principalmente devido às preocupações com as questões ambientais.

A expansão do Sistema é outro desafio a ser debatido, pois existem muitas demandas reprimidas, tanto no sul como em outras regiões do país. Portanto, é importante precisar a estratégia de crescimento da Cresol, o que permitirá uma atuação mais articulada entre seus agentes.

O Sistema Cresol se propõe também a aproximar-se e dialogar com movimentos sociais e ONGs que possuem projetos afins, porém mantendo sua autonomia institucional, do ponto de vista econômico e político.

A Cresol Central SC/RS busca, de forma sistemática, analisar e entender o cenário econômico inclusive as novas tendências mercadológicas. O desafio é de estar inserido no mercado sem perder sua identidade, ou seja, de como construir um cooperativismo de crédito solidário que seja competitivo, profissional e ágil sem perder o foco e os princípios e missão.

Portanto, diante da missão do Sistema Cresol SC/RS, que é de “[...] fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores (as) familiares através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável”, queremos garantir processos participativos com todos os segmentos das nossas cooperativas (associados, diretores, colaboradores, agentes de crédito), na busca da construção de uma cultura do cooperativismo fundamentado no tripé *solidariedade, necessidade e criatividade*.

A cooperação é o caminho para o desenvolvimento.

Egon Gabriel Junior
Agricultor Familiar e
Diretor Presidente da Cresol Central SC/RS.

APRESENTAÇÃO

Breve histórico da Cresol Dona Emma

O surgimento da Cresol Dona Emma congrega e potencializa a atuação de várias lideranças e entidades parceiras na região do Vale do Itajaí. Com a chegada de dois engenheiros agrônomos ao município, Danilo Paiva Sagaz e Roberto Bechtel, inicia-se um importante trabalho na secretaria de agricultura com rodadas de reuniões visando conhecer a realidade e as necessidades das famílias produtoras. Surge então a demanda por acesso ao crédito, pois os agentes financeiros mais próximos, sediados em Presidente Getúlio, atendiam, além de sua própria cidade, Dona Emma e Witmarsum, e como possuíam expressiva demanda não conseguiam atender às necessidades específicas de cada município.

Diante dessa realidade, propõe-se organizar uma cooperativa de crédito. O projeto inicial foi exposto para um pequeno grupo de lideranças, do poder público municipal e de entidades que atuam com agricultura familiar na região (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), o qual teve adesão na reunião acontecida no dia 20 de setembro de 1999, que contou com a presença de 13 pessoas. A partir daí, num segundo encontro, foram convidadas todas as lideranças do município e apresentada a proposta de organizar uma cooperativa de crédito, enfatizando-se como ela funciona e de como se diferencia de um banco tradicional. Nessa

ocasião, participaram 34 lideranças e todos os presentes gostaram da proposta, posteriormente seguida por uma rodada de reuniões em todas as comunidades do município, quando também as famílias de cada localidade foram convidadas para apresentar a proposta de organização de uma cooperativa de crédito.

A participação nessas reuniões foi massiva, em todas as localidades, o que permitiu a escolha de 40 agricultores para um intercâmbio, visando conhecer Sistemas de cooperativas de crédito solidários em Francisco Beltrão (Sistema Cresol), no Paraná, e em Passos Maia e Quilombo, em Santa Catarina. O grupo voltou animado com o que viu e dos relatos que ouviu dos sócios daquelas cooperativas.

Posteriormente, foi realizada nova rodada de reuniões em todas as comunidades do município, a oportunidade certa para que os participantes do intercâmbio pudessem relatar aos outros agricultores tudo o que tinham visto e ouvido a respeito do cooperativismo de crédito. Essa iniciativa gerou entusiasmo e uma nova rodada de reuniões nas quais os participantes foram convocados para um seminário sobre cooperativismo, marcado para o dia 27 de maio de 2000. Tendo como palestrantes Aores da Silva e José Carlos Farias, da Cresol Baser de Francisco Beltrão; Selênio Sartori do Centro Vianeí de Lages; Francisco Lanzarim da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO); e Abílio Mantovani, da Valcredi de Passos Maia; esse seminário ajudou a escolher a comissão organizadora que, a partir daquela data, reunir-se-ia sistematicamente para debater os detalhes para a abertura da CREDIEMMA.

Diante disso, para organizar o valor cota-capital foi aberta uma conta no Banco BESC (Banco do Estado de Santa Catarina), na qual o agricultor depositava a sua parte, com valor equivalente a um salário mínimo (R\$ 150,00, na época). Também foi elaborado o estatuto, constituído o conselho de administração, o conselho fiscal e organizada a assembleia de constituição, que se realizou em 23 de setembro de 2000, no Centro Educacional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, sediado no centro do município de Dona Emma.

Surge assim a CREDIEMMA, uma cooperativa de crédito filiada ao Sistema Cresol, com área de abrangência nos municípios de Dona Emma, Witmarsum, Presidente Getúlio e Rio do Oeste. A abertura das portas e o atendimento ao público aconteceram em 02 de abril de 2001, numa sala cedida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, na rua Nereu Ramos, 304, Dona Emma, Santa Catarina.

Cresol Dona Emma: a construção de uma nova realidade

A Cresol Dona Emma, desde sua constituição, sempre esteve preocupada em manter-se fiel aos seus princípios e a sua missão: estimular o desenvolvimento sustentável da região e de seus associados. Isso está acontecendo, basta olhar e comprovar as melhorias pelas quais passaram nosso município e região, principalmente porque o nosso agricultor teve acesso ao crédito Pronaf Investimento, para comprar, reformar e construir, adquirir micro-tratores, tratores, implementos agrícolas, galpões, gados de leite e de corte. Ao Pronaf Custeio, para incrementar suas lavouras. A Cresol disponibiliza ainda outras linhas de crédito com recursos próprios. Esta permitiu reformar e construir casas pelo PSH em que inúmeros associados foram beneficiados. Ou seja, com a Cresol a receita municipal aumentou porque o acesso ao crédito financiou o agricultor e este passou a comprar no próprio município, gerando emprego, renda e estimulando o desenvolvimento local sustentável.

Ao longo dos dez anos de atuação da Cresol, o conselho de administração sempre esteve preocupado em trazer novas alternativas para que os associados pudessem fazer intercâmbios, participar de seminários, dias de campo, acesso assistência técnica. Na área da construção civil também trouxemos tecnologias alternativas como a bio-construção. Também nas áreas de comunicação, entretenimento, cultura e esporte foram desenvolvidas várias ações.

Outra conquista importante oriunda da ação direta da Cresol Dona Emma foi a constituição da Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Dona Emma, planejada com o objetivo de trazer para a cidade uma rádio comunitária. Inaugurada em 31 de julho de 2010, já com sede própria, suas transmissões atingem 70% da área do município.

O conselho de administração também recuperou a Festa do Agricultor e motorista, uma comemoração tradicional e sem objetivos comerciais que, com o passar do tempo, quase foi esquecida. Com a Cresol Dona Emma, a festa foi reavivada e até ampliou sua proposta. Além de comemorar o dia do agricultor faz uma confraternização com toda a comunidade, local e regional, apresentando desfile de cavalos, exposição de micro-tratores e tratores, caminhões, entre outros implementos agrícolas.

Com a constituição da cooperativa, de início com 96 associados, foi difícil conquistar a credibilidade imediata para que a população pudesse aderir ao nosso projeto. Os associados procuravam a Cresol para tomar crédito, mas aplicavam os recursos em outras instituições financeiras. Com o passar do tempo eles passaram a acreditar na Cresol e o número de novos sócios foi aumentando. Também os agricultores de municípios vizinhos passaram a se associar, e as demandas ampliaram. Com esse intuito, em 15 de setembro de 2008 foi inaugurado a Unidade de Atendimento Cooperativo (UAC), no município de Presidente Getúlio. No dia 25 de junho de 2009, depois de uma análise e de estudos com o acompanhamento da Cresol Central SC/RS, a Cresol Dona Emma incorporou a Cresol Taió. No dia 15 de janeiro de 2010 foi inaugurada a Unidade de Atendimento no município de Mirim Doce, e, por fim, em 18 de agosto de 2010, a UAC no município de Ibirama.

Um dos grandes desafios para os próximos anos é manter os princípios e a missão do Sistema Cresol, pois, com a pressão externa do Sistema Financeiro, essa tarefa não será nada fácil. Outro é ofertar um bom atendimento aos sócios e conhecer suas realidades, para que as análises de crédito possam garantir sua viabilidade,

tanto para os agricultores como para as cooperativas. Existe ainda o desafio de organizar e administrar todas as UACs. Por fim, há o desafio de resgatar tecnologias como a agroecologia, empreender a preservação do meio ambiente, a conservação do solo e a diversificação de culturas, buscando de forma constante garantir a viabilidade dos nossos associados e, conseqüentemente, da cooperativa.

Registrando e refletindo esse processo que brevemente relatamos, a obra *Cresol Dona Emma: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável*, organizado por Cledir A. Magri e Egon Gabriel Junior, apresenta três abordagens importantes: na primeira, encontra-se uma detalhada descrição dos aspectos geográficos do município de Dona Emma, além de outros dados regionais, artigo escrito por Cleiton Loch. Na segunda, Egon Gabriel Junior apresenta a atuação das entidades de Dona Emma: seus objetivos, os papéis exercidos e a abrangência de sua atuação; o artigo apresenta de forma detalhada os dez anos da Cresol Dona Emma. Na terceira, Cledir A. Magri conceitua o desenvolvimento local sustentável e solidário. O texto apresenta posições teóricas da temática e expõe qual é o papel dos movimentos e organizações nesse fomento, enfatizando a contribuição da Cresol.

Que esta importante obra para o cooperativismo de crédito solidário, bem como para a agricultura familiar, fortaleça nosso compromisso com o desenvolvimento das comunidades que as formam. Desejamos a todos uma boa leitura.

Dona Emma, 28 de fevereiro de 2011.

Heribert Nitz
Agricultor familiar e
Diretor Presidente da Cresol Dona Emma.

DONA EMMA: história e características

Cleiton Loch¹

1. Localização, aspectos naturais e geográficos

O Município de Dona Emma está situado no Vale do Itajaí do Norte, microrregião do Alto Vale do Itajaí. Possui uma extensão territorial de 181,018km². Pertence à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). A distância entre a cidade de Dona Emma e a capital Florianópolis é de 237 km, com acesso pela rodovia BR 282, e de 257 km, pela BR 101. Limita-se ao Norte com Witmarsum e José Boiteux; ao Sul com Presidente Getúlio e Rio do Oeste; a Leste com Presidente Getúlio; e a Oeste, com Taió e Witmarsum. Juridicamente, pertence à recém formada Comarca de Presidente Getúlio.



Localização de Dona Emma. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.

¹ Técnico Agrícola e Assistente de formação da Cresol Base Vale do Itajaí – SC.

O município encontra-se na região bioclimática 2, localizada na área sedimentar do Estado, onde predominam os siltitos e folhelhos. As formas vigorosas de relevo são comuns principalmente nas encostas da serra, todavia os relevos suave ondulado e são frequentes.

A sede do município ocupa um vale localizado a 390 metros acima do nível do mar e o seu ponto mais alto, na comunidade de Caminho do Morro, na região noroeste da cidade, tem altitude de 715 metros.



Vista aérea do município de Dona Emma – Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.

Originalmente, o território de Dona Emma – situado a uma latitude $26^{\circ} 59' 11''$ sul e a uma longitude $49^{\circ} 43' 27''$ oeste, fazendo parte da Serra do Mar, região do Brasil onde ocorreu um intenso derramamento vulcânico há 250 milhões de anos atrás—foi coberto por Mata Atlântica e por Mata de Araucária, mas sofreu intensa devastação durante o ciclo da madeira e, atualmente, seu perímetro está restrito a $1/4$ da área total do município. A Mata Atlântica desenvolve-se sobre um substrato rochoso de ardósia, de fácil fratura, o que propiciou o aparecimento de penhascos onde, em alguns casos, existem magníficas cachoeiras.

O relevo é constituído de superfícies planas, suavemente onduladas e de planalto. Com referência ao sistema hidrográfico, o município de Dona Emma é banhado pela bacia do Rio Krauel, cujo afluente principal é o Rio Dona Emma. Há ribeirões espalhados por todo município que desembocam nos dois rios citados. Este complexo hídrico pertence à bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu que abrange 15.000km². Essa grande bacia hidrográfica, formada por milhares de pequenos afluentes, lança suas águas no Oceano Atlântico, na divisa dos municípios de Itajaí e Navegantes.

O clima predominante é o mesotérmico úmido com verão quente (Cfa), segundo a classificação de KOEPPEN, sem estação seca e com verões quentes. A temperatura média é de 18,3°C e a precipitação pluviométrica varia de 70 a 110 milímetros, nos meses de abril a agosto, e de 130 a 170 milímetros, entre os meses de setembro a março. O município possui em torno de 200 km de estradas, interligando as várias localidades à sede e aos municípios vizinhos.



Os diversos vales que compõem o município de Dona Emma. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.

2. A origem do nome “Dona Emma”

Nas últimas décadas criaram-se muitos novos municípios no Estado de Santa Catarina. Nas eleições de 03 de outubro de 1996 foram eleitos 293 prefeitos para o mesmo número de municípios – uns já muito antigos e bem conhecidos. Outros, recentes, têm denominação que para muitos soa estranho. São nomes extravagantes, fruto da imaginação humana, ou ainda resultantes de interesses políticos ou ideológicos. Na década de 1930, em nome de um nacionalismo extremo, houve um grande número de mudanças de nome de lugares sem, no entanto, levar em consideração a tradição popular. O exemplo mais próximo é Hamônia, que teve o nome mudado para Ibirama.

Se em muitas localidades faltou bom gosto na escolha do nome, o mesmo não aconteceu quando, em 1962, foi criado o município que recebeu o nome de Dona Emma. Foi uma feliz escolha, porque, ao escolher este nome, honrou-se uma tradição popular e homenageou-se uma pessoa muito importante na história do município. Dona Emma, uma mulher, deu seu nome a uma região fértil que foi, para muitos imigrantes, carregada de dificuldades e desafios, como um colmaterno.

As famílias de imigrantes alemães, principalmente as esposas de colonos, que no início do século se estabeleceram na área da Sociedade Colonizadora Hanseática, sentiam-se isoladas nas primeiras semanas após sua chegada. Mas rapidamente sentiam-se encorajadas e estimuladas por Dona Emma, esposa de José Deeke, diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, que lhes prestava assistência e conforto moral, tornando-se tão querida daqueles pioneiros que, em sinal de gratidão, denominaram Dona Emma a um dos afluentes do rio Itajaí do Norte – nome que, por extenso, em 1919, também foi dado ao núcleo de colonização formado às margens daquele afluente.



Emma Maria, esposa de José Deeke.

3. Dona Emma, sua história começa assim

Antes da chegada dos imigrantes, as terras do vale banhadas pelo rio Dona Emma eram habitadas pelos índios Xokleng e Kaigang, conhecidos pelos brancos como bugres. Eram seminômades e viviam principalmente da caça e coleta de frutas. Os moradores mais antigos atestam que o vale era frequentado por muitos índios, principalmente na época do pinhão maduro, pois havia araucária em abundância no vale. Assim, o pinhão era recolhido e assado no fogo e se constituía em alimento substancial para os silvícolas. Na mesma época do pinhão maduro, a região também era frequentada por um número maior de animais selvagens e pássaros em busca de alimento. Os índios se aproveitavam disso para abater alguma caça.

Quando chegaram os imigrantes, os índios já haviam desaparecido, pois não há registros de conflitos entre brancos e índios nesse período. Existe apenas vaga lembrança de um branco que talvez tenha sido morto por um índio com uma flechada, populares afirmam que se tratava de um homem que “civilizava” índios, porém não em Dona Emma e sim em áreas vizinhas. Próximo a Dona Emma existia a reserva indígena “Duque de Caxias”, criada para evitar conflitos entre imigrantes e silvícolas.

A colonização das terras que constituem o atual município de Dona Emma iniciou-se em 1919, quando foram abertas as primeiras trilhas nas florestas da região para a medição das terras da Sociedade Colonizadora Hanseática. Porém, antes disso, o vale já era conhecido e visitado por caçadores que, subindo o rio Hercílio e o seu afluente, o rio Krauel, chegavam por picadas até o altiplano da bacia banhada pelo rio que, posteriormente, recebeu o nome de Dona Emma

A Sociedade Hanseáticamedia e avaliava as terras que lhe haviam sido concedidas por contrato pelo Governo do Estado de Santa Catarina. A sede localizava-se em Hamônia, atualmente a cidade de Ibirama. No que diz respeito às terras que constituíram o município de Dona Emma, a medição e a venda dos lotes ocorreram progressivamente rio acima –atingindo até as cachoeiras do rio e seus pequenos afluentes, que têm suas nascentes nos platôs, na parte superior dos peraus e de onde despencam riachos em forma de belas cascatas.

Os pioneiros do município eram, na sua maioria, alemães ou seus descendentes, que migraram das antigas colônias como Blumenau, Indaial, Timbó. Essas famílias, chamadas de teuto-brasileiras, eram, via de regra, numerosas e necessitavam de terras para seus filhos, pois os lotes que receberam eram pequenos para dividi-los entre os filhos. Daí a necessidade de partir em busca de novas terras na colônia recém-aberta. Os outros colonizadores da região eram alemães, trazidos diretamente da Alemanha pela Sociedade Hanseática para ocuparem suas terras.

Não raro os pais adquiriam lotes para os filhos e estes, em vista de formarem sua própria família, preparavam o terreno com alguma infraestrutura para a futura moradia. Alguns moradores, mas eram poucos, tinham dinheiro suficiente para quitar de imediato o lote comprado. Outros saldavam a dívida adquirida oferecendo mão de obra para a construção de pontes, estradas e outras demandas da região. A principal soma em dinheiro para pagamento dos lotes era obtido com a venda do excedente da produção agrícola ou com a extração e comercialização de madeira.

Assim como ocorreu em outros municípios em formação, em Dona Emma não foi diferente, tudo era difícil. Quando os imigrantes chegaram, havia apenas floresta, ou seja, tudo estava por fazer. Não havia estradas, escolas, nenhuma infraestrutura básica para vidas desenvolverem-se de maneira segura e mais confortável. Os pioneiros também se notabilizaram pela solidariedade. Era comum o sistema de mutirão na realização de obras comunitárias e a ajuda mútua ainda mitigava os outros desafios encontrados pelas famílias, principalmente nos casos de doença.

4. A trajetória de Dona Emma

Desde 1919, quando os agrimensores da Sociedade Colonizadora Hanseática denominaram o rio que deságua no Krauel como Dona Emma, os moradores assim chamaram toda região banhada pelo rio e seus afluentes.

Cedo formaram-se núcleos de ocupação em torno de algum comércio, escola ou igreja. O povoado que se formou no lugar onde hoje se localiza a cidade de Dona Emma teve como primeira denominação oficial “Vila Konder”, em homenagem a Adolfo Konder, governador do Estado de Santa Catarina de 1926 a 1930. No entanto, para a população local continuou prevalecendo o nome original. Para os evangélicos, que eram a maioria dos moradores, sua comunidade localizava-se em

Dona Emma ou, quando muito, Dona Emma Central. Mais tarde, em 02 de abril de 1934, Dona Emma foi elevada à categoria de distrito, com o nome de “Gustavo Richard”, em homenagem ao ex-governador de Santa Catarina, e, em 31 de março de 1938, o Distrito passa à categoria de Vila. Também desta vez prevaleceu a denominação “Dona Emma”, constando apenas nos documentos oficiais o nome de Gustavo Richard. Quando em 15 de maio de 1962 foi criado o município, este recebeu, por vontade popular, o nome de Dona Emma.

5. A vida econômica de Dona Emma

O município de Dona Emma divide-se em duas áreas: a urbana e rural. A área urbana compreende os bairros da sede até Nova Esperança. A população teve e tem sua vida intimamente ligada à agricultura. Desde a chegada dos primeiros imigrantes até os dias atuais, a principal atividade sempre esteve relacionada ao cultivo da terra. Se não todos, muito provavelmente a maior parte dos imigrantes tenha familiaridade com o cultivo da terra e a criação de gado. No entanto, o vale e a serra, inicialmente, estavam cobertos de densa floresta. Era preciso derrubar, amainar a terra e preparar o solo para o plantio.

Toda a área que constitui o atual município de Dona Emma era formada por terras de propriedade da Sociedade Colonizadora Hanseática, que as dividiu em lotes medindo em média de 25 a 30 hectares, ou seja, 200 metros de frente por 1250 a 1500 metros de fundo, lotes esses que eram denominados “colônias”. Sendo assim, nesses minifúndios – pequenas propriedades unifamiliares onde o marido, a mulher, os jovens e as crianças trabalham segundo suas possibilidades – predomina a policultura, isto é, cultiva-se de tudo para a subsistência, embora sobressaia um ou outro produto. Superficialmente, pode-se dizer que em Dona Emma prevaleceu, desde o início até hoje, a criação de gado leiteiro e, desde a década de 1950, principalmente na serra, o cultivo do fumo.

Quanto à divisão do espaço, a colônia pode ser visualizada da seguinte forma: a casa, junto à estrada; próximo à casa ficam também os ranchos que servem para estábulo, para guardar os apetrechos agrícolas e como depósito; um local cercado para a criação de galinhas; um chiqueiro e a horta. Em outro espaço da propriedade localizam-se as pastagens, cercadas para o gado bovino e equino, e as roças com as culturas de gêneros agrícolas como milho, feijão, mandioca, arroz, fumo etc.

No geral, as terras de Dona Emma não eram muito férteis. Nos vales laterais e em direção à serra, elas eram melhores, por muitos anos foi adotada a prática da coivara, isto é, o mato era derrubado e depois de seco era queimado e, na roça preta, plantado o milho. Porém, antes da queimada, a madeira de melhor qualidade era retirada, transportada para os engenhos da serra e transformada em tábuas. O restante era queimado ou apodrecia. Nos últimos anos, graças às inovações técnicas, foram feitas correções do solo mediante aplicação de calcário e adubos orgânicos ou químicos.

Inicialmente, a renda das famílias era obtida da venda do excedente da colheita e da comercialização de animais domésticos e de seus derivados como leite, manteiga, ovos, banha etc. Porém nem sempre essa comercialização era fácil. Além da distância dos mercados consumidores, havia os intermediários que consumiam boa parte dos lucros. Este era um dos maiores problemas para o desenvolvimento econômico local. Havia muitas vezes excedente de produção ou capacidade de produzir algum excedente, mas não havia acesso ao mercado, problema que ainda hoje é vivido por boa parte dos agricultores. Tal situação reproduziu-se também em Dona Emma nos primeiros anos, quando os colonos não conseguiam dinheiro para saldar as prestações do lote junto à Sociedade Colonizadora Hanseática, e por isso trabalhavam na construção de pontes e estradas.

A situação melhorou depois da construção da estrada de ferro ligando Ibirama a Blumenau e Itajaí, permitindo que a produção pudesse ser distribuída e comercializada nos centros

maiores do Brasil e do exterior. Mas essa realidade não é mais vivida atualmente, a desativação da estrada de ferro obrigou a produção ser transportada apenas por meio de rodovias, o que acarreta em um outro problema, o aumento do custo de produção por conta do valor do frete.

Para contornar os problemas com a comercialização da produção, alguns colonos e comerciantes fundaram, em 1928, a “Sociedade Cooperativa Dona Emma”, com o intuito de estimular a produção e a comercialização dos produtos agrícolas do município. A partir daí, a maior parte do agronegócio e da compra de matéria-prima era feita por intermédio da “Cooperativa de Compra e Venda”. O laticínio da Cooperativa transformava o leite entregue pelos colonos em manteiga e queijo; no açougue, os porcos dos colonos eram transformados em banha, toucinho, linguiça e carne defumada; esses produtos eram comercializados na cidade.

Pelas informações colhidas junto às pessoas mais idosas, a “Sociedade Cooperativa Dona Emma” chegou a contar com 42 sócios.

Mas em 1933 veio o primeiro grande choque para a cidade. Por má gestão e desvio de recursos, a Cooperativa foi se endividando e encerrou suas atividades. O fechamento representou um abalo muito grande nas atividades econômicas dos moradores de Dona Emma. Os associados perderam muito dinheiro, pois a maioria dos credores, grandes firmas fornecedoras de Blumenau, cobraram impreterivelmente todas as dívidas.

5.1. As principais atividades agrícolas

O leite se destaca em Dona Emma, por ser a atividade trabalhada pelo maior número de famílias do município, muito em conta das grandes inovações tecnológicas que marcaram o setor. No entanto, a situação da produção leiteira nem sempre foi assim. Embora a produção e a comercialização de leite e dos seus derivados fosse a atividade prioritária da maioria dos

colonos do Vale de Dona Emma, houve ao longo dos anos inúmeros problemas e dificuldades que foram superados pela tenacidade dos próprios colonos. No começo, o plantel de vacas leiteiras era pequeno e não havia onde adquirir matrizes. Havia também a dificuldade na formação e melhoramento de pastagens, bem como o atendimento veterinário e a falta de recursos para investir na atividade.

Outra atividade agropecuária dos colonos do Vale de Dona Emma era a criação de porcos. Muito em função da banha e da carne, usadas com bastante frequência na culinária alemã. Também para a comercialização, principalmente a raça “Macau”, em vista da quantidade de banha e por apresentar uma maior rusticidade, em função da resistência do rebanho. Os porcos eram comercializados para abatedouros locais que transformavam a carne em subprodutos, havia também compradores de Ibirama, dada a facilidade que estes tinham em exportar o produto através da linha férrea para centros maiores como Blumenau e Indaial. O período de maior produção foi durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Com o tempo, as legislações ambientais, a concentração do abate em grandes matadouros regionais e o baixo preço recebido por sua carne, fizeram com que essa atividade deixasse de ter finalidade comercial, tornando-se apenas de subsistência.

Paralelamente às atividades leiteira e de criação suína, destacava-se também o cultivo de mandioca, pela fácil adaptação ao solo e ao clima locais. Amplamente consumida sob forma de farinha, cozida ou frita, a mandioca também era utilizada para a alimentação dos animais. Em certas épocas, dependendo da oscilação do mercado, ela era comercializada por um bom preço para a extração do amido. Para essa finalidade, instalaram-se em Dona Emma várias fecularias, com mais destaque para duas delas. Por ironia do destino, essas fecularias também acabaram fechando, uma em 1969 e a outra, em 1971. O encerramento das atividades dessas empresas não significou o abandono da

cultura da mandioca, mas sua comercialização foi reduzida e o produto passou a ser vendido para feculares existentes em municípios vizinhos.

Uma das atividades econômicas de maior destaque do município é a cultura do fumo, que já vem sendo plantado desde o início da década de 1950. Inicialmente em pequena escala, mas atualmente ocupando o primeiro lugar em termos de arrecadação e emprego de mão de obra. Para sua introdução, as condições eram favoráveis: pequena propriedade familiar, mão de obra abundante, zelo e laboriosidade dos colonos e clima e solo adequados.

Enquanto a população localizada no vale de Dona Emma deu prioridade à produção leiteira, a população da serra priorizou a produção de fumo, sendo que esta realidade persiste até hoje. A cultura do fumo garante bom rendimento ao colono que tem, de antemão, o preço do produto assegurado e a venda garantida.

Na década de 1970, as indústrias fumageiras, em sintonia com o “milagre brasileiro”, deram grande impulso a essa atividade econômica mediante intensa propaganda, atraentes ofertas de preço, financiamentos e outras vantagens, o que levou à adesão de um grande número de agricultores. Centenas de famílias construíram estufas e galpões e destinaram a melhor área de suas terras ao plantio do fumo, que tomou o lugar de outras lavouras como as de milho, mandioca e feijão. Para os colonos que plantam, além do fumo, também outros gêneros, principalmente os de subsistência, a cultura do fumo representa uma considerável melhora no padrão de vida. No entanto, para aqueles que têm no fumo sua única fonte de renda, sejam proprietários ou arrendadores, essa cultura oferece poucas perspectivas econômicas. A cultura do fumo constitui uma sobrecarga de trabalho, principalmente nos meses de verão, quando acontece a colheita do produto. A jornada de trabalho começa ao amanhecer e se prolonga noite adentro, incluindo, não raras vezes, domingos e feriados. Essa atividade econômica, ao longo

dos anos, comprometeu o meio ambiente com o uso de fortes agrotóxicos – usados sem os devidos cuidados – e o grande consumo de lenha na secagem, provocando grandes desmatamentos.

5.2. A situação atual da economia

O município de Dona Emma apresenta uma economia baseada no setor primário, caracterizando-se por uma tipografia acidental onde predominam as pequenas propriedades rurais (minifúndios), visto que 92,8% das propriedades possuem área de até 50 hectares, sendo que na produção agrícola destacam-se o fumo, o milho, a mandioca, o feijão, a cebola e a produção leiteira.. Na cidade, a agricultura, pecuária e os serviços relacionados que em 2007 já eram expressivos, cresceram em 2008 de 59% para 64%, de um ano para outro.

A atividade industrial vem crescendo dentro da economia do município, destacando-se setor metal mecânico, o setor moveleiro setor de derivados de madeira, compreendendo o compensado naval, compensado moveleiro e maderite. A indústria surge como segundo VA (Valor Adicionado) do município, com índice de 27% em 2007 e de 21% em 2008. Os destaques do setor são a produção de madeira (15% - 2007 e 12% - 2008), eletricidade, gás e outras utilidades (7% - 2007 e 8% - 2008) e a fabricação de máquinas e equipamentos (1% - 2007 e 1% - 2008). O comércio varejista representou 8% do VA em 2007 e 9% em 2008.

O setor de serviços é o que, mas cresceu nos últimos anos, destacando-se o ramo do vestuário com as facções de malhas. No setor de serviços, o índice é de 6% nos anos de 2007 e 2008, respectivamente. Aqui estão inclusos o serviço de telecomunicações (5% - 2007 e 5% - 2008) e o transporte terrestre (1% - 2007 e 1% - 2008). Contabilizados os setores de expressão na economia do município, o VA total de 2007 foi de R\$ 16.464.907,34. Em 2008, o VA foi de R\$ 14.556.762,96.

6. Movimento econômico das principais atividades agrícolas

Em parceria com a Prefeitura Municipal, aqui representada pela Secretaria Municipal de Agricultura realizamos um levantamento do montante em valor monetário que foi vendido de produtos agrícolas e madeira em de Dona Emma no período que compreende os anos de 2001 a 2010. Vale salientar que estes valores foram originados de produtos que foram vendidos com nota de produtor, ou seja, não irão compreender toda a produção vendida, porque, muitas pessoas vendem parte da produção sem a emissão de nota.

Ano 2001

CULTURAS	VALOR VENDIDO	CULTURAS	VALOR VENDIDO
Fumo Folha	R\$ 2.476.497,00	Fumo Folha	R\$ 4.056.762,00
Leite In Natura	R\$ 7.000,00	Leite In Natura	R\$ 14.774,00
Bovino Corte	R\$ 238.756,00	Bovino Corte	R\$ 303.780,00
Suíno Corte	R\$ 234.989,00	Suíno Corte	R\$ 281.600,00
Milho Grão	R\$ 35.724,00	Milho Grão	R\$ 38.204,00
Mandioca	R\$ 18.611,00	Mandioca	R\$ 23.801,00
Feijão	R\$ 3.160,00	Feijão	R\$ 3.788,00
Madeira	R\$ 173.799,00	Madeira	R\$ 80.757,00
Hortifrutí	R\$ 35.044,00	Hortifrutí	R\$ 26.655,00

Ano 2002

Ano 2003

CULTURAS	VALOR VENDIDO	CULTURAS	VALOR VENDIDO
Fumo Folha	R\$ 4.102.375,00	Fumo Folha	R\$ 5.644.223,00
Leite In Natura	R\$ 26.333,27	Leite In Natura	R\$ 11.805,00
Bovino Corte	R\$ 815.516,00	Bovino Corte	R\$ 426.603,00
Suíno Corte	R\$ 410.000,00	Suíno Corte	R\$ 389.945,00
Milho Grão	R\$ 80.905,00	Milho Grão	R\$ 48.288,00
Mandioca	R\$ 34.057,00	Mandioca	R\$ 42.305,00
Feijão	R\$ 3.500,00	Feijão	R\$ 4.184,00
Madeira	R\$ 155.157,00	Madeira	R\$ 286.701,00
Hortifrutí	R\$ 49.016,00	Hortifrutí	R\$ 54.062,00

Ano 2004

Ano 2005

Ano 2006

CULTURAS	VALOR VENDIDO	CULTURAS	VALOR VENDIDO
Fumo Folha	R\$ 6.635.930,00	Fumo Folha	R\$ 6.012.178,00
Leite In Natura	R\$ 127.226,00	Leite In Natura	R\$ 727.467,00
Bovino Corte	R\$ 385.531,00	Bovino Corte	R\$ 375.651,00
Suíno Corte	R\$ 245.585,00	Suíno Corte	R\$ 249.454,00
Milho Grão	R\$ 25.749,00	Milho Grão	R\$ 63.772,00
Mandioca	R\$ 8.441,00	Mandioca	R\$ 16.404,00
Feijão	R\$ 1.011,00	Feijão	R\$ 4.246,00
Madeira	R\$ 265.155,00	Madeira	R\$ 669.393,00
Hortifruti	R\$ 43.841,00	Hortifruti	R\$ 65.888,00

Ano 2007

Ano 2008

CULTURAS	VALOR VENDIDO	CULTURAS	VALOR VENDIDO
Fumo Folha	R\$ 5.284.833,00	Fumo Folha	R\$ 5.965.025,00
Leite In Natura	R\$ 1.274.240,00	Leite In Natura	R\$ 1.690.550,00
Bovino Corte	R\$ 376.216,00	Bovino Corte	R\$ 448.814,00
Suíno Corte	R\$ 230.412,00	Suíno Corte	R\$ 133.081,00
Milho Grão	R\$ 48.915,00	Milho Grão	R\$ 143.654,00
Mandioca	R\$ 52.903,00	Mandioca	R\$ 21.090,00
Feijão	R\$ 2.299,00	Feijão	R\$ 2.869,00
Madeira	R\$ 509.266,00	Madeira	R\$ 1.064.229,00
Hortifruti	R\$ 67.316,00	Hortifruti	R\$ 60.124,00

Ano 2009

Ano 2010

CULTURAS	VALOR VENDIDO	CULTURAS	VALOR VENDIDO
Fumo Folha	R\$ 5.895.030,00	Fumo Folha	R\$ 5.598.310,00
Leite In Natura	R\$ 1.852.704,00	Leite In Natura	R\$ 1.680.550,00
Bovino Corte	R\$ 494.570,00	Bovino Corte	R\$ 1.255.220,00
Suíno Corte	R\$ 263.397,00	Suíno Corte	R\$ 258.859,00
Milho Grão	R\$ 96.114,00	Milho Grão	R\$ 78.101,00
Mandioca	R\$ 18.779,00	Mandioca	R\$ 5.364,00
Feijão	R\$ 9.263,00	Feijão	R\$ 1.349,00
Madeira	R\$ 710.664,00	Madeira	R\$ 724.426,00
Hortifruti	R\$ 36.322,00	Hortifruti	R\$ 74.764,00

6.1. Dados gerais sobre o município

A seguir veremos uma tabela que apresenta os dados gerais do município de Dona Emma onde de forma rápida e simples podemos conhecer um pouco mais de Dona Emma:

Tabela 01: Dados Gerais do município de Dona Emma

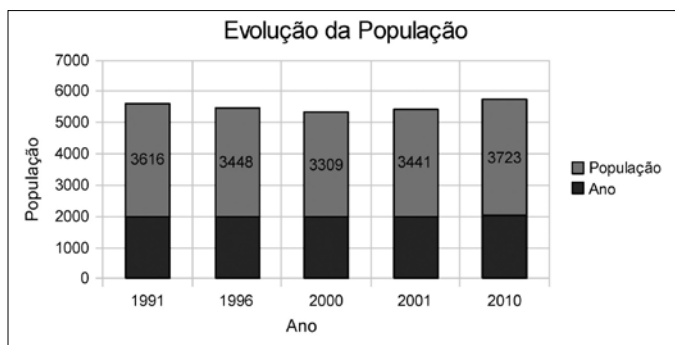
Fundação: Lei Estadual nº 826 em 17 de maio de 1962	Gentílico: Donemense
Estado: Santa Catarina	Municípios Limítrofes: José Boiteux, Presidente Getúlio, Rio do Oeste, Taió e Witmarsum
Microrregião: Rio do Sul	Localização: 26° 59' 06,0" S - Latitude
Mesorregião: Vale do Itajaí	Localização: 49°43' 33,6" O - Longitude
Colonização e Principais Etnias: Alemã, Italiana, Polonesa e Açoriana	População: 3.723 hab. IBGE/2010
Área: 181,018 km ²	Densidade Demográfica: 20,0 hab./km ²
Eleitorado: 2.612 eleitores TRE-SC/2010	Clima: Mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 18,3°C.
Altitude: 390 metros acima do nível do mar	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,795 PNUD/2002
Fuso Horário: UTC-3	PIB per capita: R\$ 11.605,32 IBGE/2010
Produto Interno Bruto(PIB): R\$ 43.206.606,00IBGE/201	Expectativa de Vida: 73,4 anos

Fonte: Site oficial da Prefeitura de Dona Emma

6.2. Dados sobre a população

Realizamos um levantamento com o objetivo de analisar a evolução da população de Dona Emmanos últimos anos. Podemos observar no gráfico que, do ano de 2000 a 2010, a população vem aumentando, e isso se deve a dois fatores principais: primeiro, porque o município atualmente oferece oportunidade para que as pessoas desenvolvam suas atividades econômicas com crescimento; segundo, pela repercussão da oferta e das oportunidades que o município gerou, nos últimos anos houve um aumentosignificativo na imigração de pessoas que vieram de outros municípios.

Gráfico 01: Evolução da População de Dona Emma, de 1991 a 2010



Fonte: IBGE- 2010

Analisamos também a divisão do total da população de 3.723 entre homens e mulheres levantados pelo censo realizado em 2010, podemos analisar no gráfico a seguir que existe no município uma pequena quantidade maior de homens.

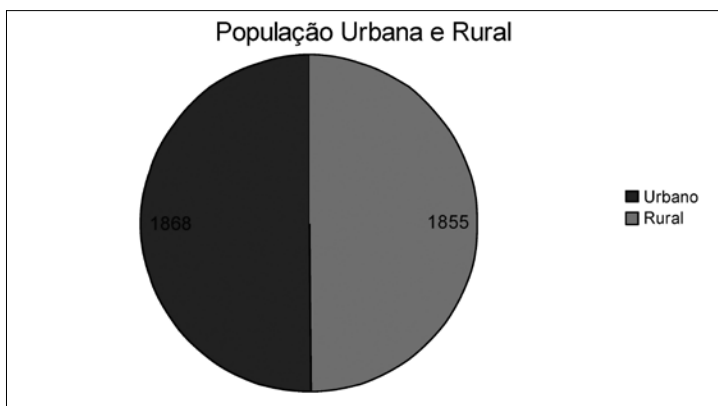
Gráfico 02: Número de Homens e Mulheres em Dona Emma



Fonte: IBGE – Censo 2010

Outro fator analisado foi a divisão da população que mora na cidade e no campo, segundo o levantamento feito pelo IBGE, no Censo 2010. Podemos concluir que é praticamente igual a proporção de pessoas que moram no meio urbano e no meio rural do município [vide gráfico 03].

Gráfico 03: Divisão da população Urbana e Rural de Dona Emma



Fonte: IBGE – Censo 2010.

7. Uma viagem pela história de Dona Emma

A seguir veremos uma sequência de fotos que contam um pouco da saga de formação da cidade, de como ela foi se tornando um município tão importante para a região do Alto Vale do Itajaí.



Residência da Família Schwarz, construída em 1923. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Escola de Ensino Fundamental Professor Paul Richard Eltermann. Substitui a antiga E.E.R.R. Irmã Luiza Venturi, fundada em 1923 por imigrantes teuto-russos. Fonte: site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Casa da Família Ax, construída em 1924. Fonte: site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Fábrica de Móveis e Esquadrias HanzSporrer, fundada em 1928. Tradição familiar mantida até os dias de hoje. Fonte: site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Biblioteca Municipal Rui Barbosa. Construída em meados da década de 1930, foi a sede da primeira intendência. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Fábrica de Biscoitos. Construída por João Hamm em meados de 1931, gerava emprego para mais de 30 pessoas. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Comercial Carlos Fleming. Construída no início da década de 1950 por Henz Helmut. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Residência da Senhora Margot Lange. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Residência de Herber Reimche. Construída na década de 1940 por João Hamm. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Sítio e Residência de Alexander Lenard. Cientista Russo falecido em 1972. Foi sepultado nos fundos da residência, pedido manifestado judicialmente em vida. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.

O município também se destaca pelas belas paisagens naturais e pela fé das pessoas que o habitam. O vale de Dona Emma foi presenteado com diversas formações naturais, entre elas, grutas, encostas e cachoeiras que embelezam vários pontos de sua extensão, o que dá certo caráter turístico para a cidade. A religião em Dona Emma é representada em diversos sentidos, pela participação nas igrejas e o respeito que existe entre as diversas formas de se expressar a fé, onde cada pessoa, do seu jeito e por sua tradição, colabora para que Dona Emma seja um reduto de paz e esperança.

A seguir, algumas imagens que representam um pouco da beleza natural e da fé de Dona Emma.



Gruta Nossa Senhora de Fátima. Caverna natural que em 1965 recebeu a imagem da Santa, transformando-a em espaço de fé e religiosidade. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.



Cachoeira do Rio Dona Emma, no bairro de Nova Esperança. Imagem retirada do site da Prefeitura Municipal de Dona Emma – fevereiro de 2011.

Referência bibliográfica

DIRKSEN, Valberto. *Dona Emma*: História do Município. Florianópolis: Edição do Autor, 1996.

Fontes de pesquisa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>.

Prefeitura municipal de Dona Emma. Disponível em: <<http://www.donaemma.sc.gov.br/home>>.

CRESOL DONA EMMA:

uma história de desafios e conquistas

Egon Gabriel Júnior¹

1. Considerações iniciais

O objetivo desta reflexão é apresentar um conjunto de elementos que dialogam com o percurso da Cresol Dona Emma nos dez primeiros anos de sua história, iniciado desde sua fundação, em 2001. Sabemos que a história de uma organização social é feita a partir do envolvimento de pessoas que se dispõem a consolidar um projeto coletivo, visando transformar a vida de muitos, e este é o caso da Cresol Dona Emma. Partindo da premissa que se trata de uma história permeada de desafios e conquistas, construída dia a dia com a participação de muitas lideranças locais e regionais que apostaram no projeto proposto pelo Sistema Cresol.

Para delinear essa proposta, faremos, na estrutura do texto, primeiramente, a exposição de um conjunto de elementos relacionados ao histórico do cooperativismo no mundo e no Brasil, com ênfase no cooperativismo de crédito; a partir disso, trataremos aspectos da história do Sistema Cresol e, juntamente a isso, apresentaremos os 20 passos para a constituição de uma Cresol. Também nos propomos a aprofundar o

¹ Agricultor familiar, Pós-Graduado em Gestão em Desenvolvimento Rural e Cooperativismo de Crédito Solidário (IMED). Graduado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia pela UNC. Diretor presidente da Cresol Central SC/RS.

acúmulo da Cresol Dona Emma a partir dos seus elementos históricos e a relação da Cresol com STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - FETRAF) enfocando sua expansão para outros municípios. Abordaremos o processo de incorporação da Cresol Taió pela Cresol Dona Emma. Por fim, apresentaremos algumas informações atualizadas sobre as Unidades de Atendimento da Cresol Dona Emma.

No decorrer do texto, pretendemos expor depoimentos dos beneficiários do projeto Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de associados que acessaram os programas de habitação e do Pronaf Investimento e Custeio. Seguindo essa mesma lógica, tomaremos depoimentos de alguns atuais e ex-conselheiros da cooperativa, como forma de resgatar detalhes dessa história. Detalharemos ainda algumas das principais atas da cooperativa, as listas de presença das primeiras atividades e, para ilustrar este trabalho, exibiremos algumas imagens dos 10 anos de nossa história.

2. Origem do cooperativismo

Desde a pré-história até o início de nosso século encontramos formas rudimentares de associações de pessoas. Isso demonstra que a cooperação tem sido uma constante no ser humano através dos tempos. O cooperativismo moderno surgiu junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe trabalhadora com as mudanças e transformações empreendidas.

As primeiras cooperativas surgiram na França e na Inglaterra, entre 1820 e 1840. No início, além de suas funções econômicas, as cooperativas desempenhavam o papel de sociedade beneficente, de sindicato e até de universidade popular. Segundo Bittencourt,

[...] a ideia era permitir que as pessoas se juntassem mutuamente, criando assim condições para que a população mais pobre do campo pudesse ter alternativas para sair da miséria e melhorar de vida (BITTENCOURT,2001, p. 31).

Sobre o cooperativismo de crédito, em 1864 foi fundada a primeira cooperativa do gênero no mundo, chamava-se Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf, na Alemanha. Tipicamente rurais, essas cooperativas tinham como principais características:

[...] a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha (PINHEIRO, 2007, p. 25).

As sociedades cooperativistas iniciaram suas atividades por necessidades econômicas e sociais, muitas vezes com o objetivo de unir forças para alcançar as necessidades básicas de um determinado grupo. Com isso, cada vez mais a população percebeu que, unindo pessoas afins, pode-se alcançar o resultado destinado à satisfação das necessidades econômicas dos membros a elas interligados. Pois é nesta perspectiva que se desenvolvem os princípios cooperativistas, os quais são diretrizes orientadoras e por meio dos quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Torna-se de extrema relevância observarmos a base de toda essa estrutura, sendo estes os princípios fundamentais:

1º – Adesão livre e voluntária: cooperativas são organizações voluntárias abertas à todas as pessoas aptas a usarem seus serviços e dispostas a aceitarem suas responsabilidades, sem nenhuma discriminação social, política ou religiosa.

2º – Controle democrático pelos sócios: as cooperativas democráticas são controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e nas

tomadas de decisões. Homens e Mulheres, eleitos como representantes, tem responsabilidades perante os sócios. Nas cooperativas de primeiro grau, todos os sócios têm o mesmo peso nas votações (um sócio, um voto), as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.

3 – Participação do sócio: os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Ao menos parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Cada qual recebe uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito e realizado, como uma condição de sociedade. Os sócios alocam as sobras para os seguintes propósitos: no desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas, parte das quais poderão ser indivisíveis; no retornos aos sócios, na proporção de suas operações com a cooperativa; e no apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

4º – Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Se elas entram em acordo com outras organizações incluindo as governamentais ou recebem capital de origens externas, devem fazê-lo em termos que assegurem o controle democrático de seus sócios e mantenham sua autonomia.

5º – Educação, formação e informação: as cooperativas oferecem treinamento para seus sócios, representantes eleitos, administradores e funcionários. Assim eles podem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. São os sócios que informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opiniões, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º – Cooperação entre as cooperativas: As cooperativas atendem mais efetivamente seus sócios, mas também fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando conjuntamente por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º – Preocupação com a comunidade: As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus membros.

São esses princípios que constituem a essência de todo o cooperativismo em geral e de forma específica o de crédito. Considerando isso, uma cooperativa de crédito deverá ter aspiração coletiva para realizar um projeto comum, baseado em regras discutidas e aceitas por todos. Para sua sobrevivência, ela tem a necessidade de adotar instrumentos de gestão e de viabilizar sua sustentabilidade.

Em 1902, colonos de origem alemã, incentivados por jesuítas, fundaram uma cooperativa de crédito rural em Vila Império, atual Nova Petrópolis, RS. É a mais antiga em atividade no país. As cooperativas cresceram no Brasil nas décadas de 1950 e 60. O último levantamento realizado aponta que aqui existem 4.851 cooperativas registradas, englobando mais de quatro milhões de pessoas, entre cooperados e funcionários que vivem seu cotidiano no cooperativismo.

E são inúmeros os segmentos em que o cooperativismo pode ser aplicado beneficiando pessoas. A saber: de produção, agropecuário, de crédito, de trabalho, de saúde, de turismo e lazer, educacional, de consumo, habitacional, de infraestrutura, de transporte, entre outros.

3. Cooperativas de crédito rural com interação solidária – Cresol

O Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária é resultado da luta de famílias agricultoras por acesso ao crédito e pela participação, como sujeitos, num projeto de desenvolvimento local sustentável. Entre 1994 e 1995 são realizados eventos para discutir a ampliação e a pro-

fissionalização dos fundos rotativos, e a formulação de novas estratégias para aumentar o então incipiente acesso dos agricultores familiares da região aos recursos do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR).

Depois de vários estudos e debates, em meados de 1995 surge a primeira cooperativa do modelo Cresol, no município de Dois Vizinhos/PR. Ainda naquele ano, novas cooperativas são formadas nos municípios de Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema, todos no Paraná. Com cinco cooperativas em funcionamento, optou-se pela criação de uma cooperativa Central de serviços, denominada de Base Central de Serviços (BASER), para fazer a coordenação do processo, dar suporte às Singulares as áreas de formação, normatização, contabilidade, informática e também para efetuar a interlocução com outras organizações, como bancos, governos e outras entidades da sociedade civil. Foi a partir dessas estruturas que se constituiu oficialmente, em 10 de janeiro de 1996, o Sistema Cresol. Desta data em diante se percebeu um forte incremento do número de cooperativas de crédito, sobretudo nas regiões sudoeste, centro-oeste e oeste do estado do Paraná.

Observava-se que não bastava a preocupação apenas com a questão financeira, mas que era necessário ter como objetivo correlativo a esse trabalho a criação de estratégias que resultassem numa ampliação do grau de organização e que proporcionassem qualidade de vida às famílias dos agricultores e a seu meio social.

[...] o Sistema Cresol pretende ser muito mais do que simplesmente um instrumento para facilitar o repasse de créditos oficiais a agricultores excluídos do sistema bancário. Ele se liga a um conjunto de outras organizações voltadas à promoção de uma agricultura respeitosa do meio ambiente, capaz de gerar renda com base em produtos diferenciados e de contribuir para o fortalecimento das unidades familiares de produção (BITTENCOURT apud BÚRIGO, 2006, p. 174).

É nesse momento que foi idealizada a missão do Sistema, com o intuito de “fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores (as) familiares através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável. São esses os princípios norteadores que propõem a interação solidária dos agricultores, a democratização e a profissionalização do crédito, a direção e a gestão dos próprios agricultores, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas. Ou seja, são esses mesmos princípios que buscam a ampliação do acesso aos serviços financeiros, que geram a transparência e a honestidade na gestão, além de buscar contribuir para o desenvolvimento local.

Em 1998 são constituídas as primeiras cooperativas do Sistema Cresol nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A expansão para outros territórios foi resultado da atuação de organizações da agricultura familiar desses estados, que se identificaram com a proposta do Sistema Cresol.

Em 2004, conforme o princípio da descentralização e de crescimento horizontal foi criada a segunda cooperativa Central de crédito, a Cresol Central SC/RS, com sede em Chapecó/SC, tendo filiadas a ela cooperativas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A Cresol Central é uma instituição financeira amparada por lei federal, autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. Administrada pelos próprios associados, o sistema possui uma gestão diferenciada que promove a participação e potencializa a economia regional, proporcionando o desenvolvimento local e sustentável. Atualmente, a Cresol Central SC/RS possui 60 Cooperativas e 94 Unidades de Atendimento, abrangendo mais de 95 mil associados nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Desde sua gênese, o Sistema Cresol SC/RS, na constituição das cooperativas e com Dona Emma não foi diferente observou os 20 passos para a formação de uma nova Cresol. Os passos são os seguintes:

O primeiro passo: Ele deve ocorrer como resposta a uma pergunta: existe hoje no meu município condições para se abrir (constituir) uma Cresol, ou devemos construir essas condições? A resposta é de responsabilidade, principalmente, dos agricultores familiares e das organizações do município e da região que, de alguma forma, assumiram a tarefa de construir uma cooperativa de crédito. Porém ela deverá ser direcionada ao Sistema Cresol, o que exige que esse primeiro passo seja *a participação nos Cursos de Formação promovidos pelo Sistema para a constituição de novas cooperativas.*

O segundo passo: É uma condição do próprio curso para a constituição de cooperativas: *fazer uma caracterização da base de organização do seu município e região*, da seguinte forma:

– Descrever as parcerias locais e regionais existentes: quais são as organizações, entidades e instituições parceiras da agricultura familiar; quais os projetos existentes; e quais os benefícios desses projetos para a agricultura familiar.

Depois de caracterizada a base organizativa de cada município e/ou região participante, deverão ser *confrontadas as realidades locais com a História, os Princípios, a Missão do SISTEMA CRESOL, e o funcionamento do Sistema Hoje.* Essa apresentação será feita pelos coordenadores do curso.

O terceiro passo: *Identificar o quadro social potencial na área de atuação da futura Cresol.* Neste passo deverá ser identificado quantos estabelecimentos familiares existem no município e quantos não possuem acesso ao crédito.

O quarto passo: *Identificar um número mínimo de sócios ativos que deverão constituir o quadro social por ocasião da abertura de portas da cooperativa.* Definir um calendário de discussões a serem realizadas nas comunidades com todos os sócios, quem coordenará essas reuniões e quais os recursos disponíveis para o desenvolvimento desse trabalho. Nesse momento for-

ma-se a equipe provisória que irá discutir com os agricultores e preparar-se para os seguintes assuntos: a história do Sistema Cresol, a missão, os princípios, o funcionamento de uma cooperativa de crédito, e o entendimento acerca do Pronaf. Na sequência, prepara-se uma proposta de organização de base a ser apresentada aos grupos a partir dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e de Crédito é quando os grupos devem assumir o compromisso de eleger os representantes, podem ser usadas como referência de debate e organização a Cartilha I (Proposta do Programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito) e a Cartilha II (Grupos e Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito).

O quinto passo: *Planejar a formação da poupança local da Cresol*, mediante investimento dos sócios, que poderá representar o único resultado financeiro até o momento de repasse do Pronaf. Normalmente essa poupança local terá três fontes, o que não impede de se construir alternativas. São elas: o capital social; a poupança a prazo; e o saldo de depósitos em conta corrente.

O Capital Social: A definição do capital social a ser integralizado possui uma orientação do Banco Central e o critério é normalmente de 12 vezes o recurso solicitado de crédito, uma regra mantida pelo Sistema, mas que deve ser debatida localmente a ponto de se saber se o agricultor associado tem as condições para essa capitalização, e de se buscar, se for o caso, mecanismos alternativos que não prejudiquem o agricultor e nem a cooperativa.

O Depósito a Prazo: O planejamento deve ser realizado a partir dos associados que poderão fazer uma poupança, após a abertura das portas. Deverão ser identificados entre os sócios iniciais dois grupos: um de entidades (cooperativas, associações etc) e outro de associados que poupem individualmente.

A Conta Corrente: Identificar entre os sócios qual o giro do depósito a prazo, saldo esse que será gerado na cooperativa pela entrada e saída de dinheiro nas contas correntes.

Dessa forma, juntando-se as três fontes de poupança local (Capital social, Depósito a prazo, conta corrente), a Cresol passará a ter liquidez para atender as demandas iniciais dos seus associados tomadores de crédito.

O sexto passo: *Planejar uma estratégia de aplicação desses recursos próprios* (poupança local). Orienta-se financiar propostas que tenham sintonia com a missão e os princípios do Sistema Cresol.

O sétimo passo: *O planejamento da receita total*, que além da receita de aplicação dos recursos próprios (poupança local) prevê as taxas de serviços do Pronaf.

O oitavo passo: *O planejamento das despesas mensais* que a Cresol terá: despesas operacionais como aluguel, telefone, fax, informática, luz, compensação, material de escritório; despesas administrativas ou recursos humanos (salários e honorários); despesas de pagamento de poupança dos associados; despesas com provisão sobre os valores emprestados.

O nono passo: *Analisar e apresentar um planejamento de organização financeira para 12 meses*. Sugere-se que o orçamento seja submetido às organizações locais e regionais que estão comprometidas com o projeto Cresol, podendo surgir parcerias de diferentes formas que tornem essas metas mais favoráveis.

O décimo passo: *Planejar e apresentar uma avaliação da condição de estruturação de uma Base Regional de Serviços* ou a relação com uma já existente.

O décimo primeiro passo: É quando *cada representante de município elou região interessada em constituir uma Cresol deverá apresentar uma avaliação da condição de constituição de uma cooperativa*, no curso de formação e na presença da representação do Conselho Administrativo do Sistema Cresol, justificando e apresentando uma proposta de etapas e de um cronograma a ser cumprido localmente.

O décimo segundo passo: De forma coletiva, e com a manifestação do Sistema Cresol por meio da representação do Conselho Administrativo, *deverá ser definida uma estratégia de*

constituição regional das propostas de uma nova Cresol. Esta definição coletiva deverá acontecer após um debate de avaliação de todas as propostas apresentadas. O parecer e o planejamento regional de expansão de novas cooperativas definirão prazos, e deverão passar orientações específicas para cada nova proposta apresentada, sugerindo as etapas a serem realizadas localmente com base nos passos aqui analisados.

O décimo terceiro passo: Deverá ser cumprido ao término do curso de formação e nas reuniões das comunidades de sensibilização. *A proposta é de que a cooperativa defina alguns objetivos específicos a serem encaminhados com suporte de acompanhamento pelo Sistema Cresol e suas Bases Regionais.* A definição do plano de organização de base deve ser apresentada pela Cresol nos espaços específicos e monitorado pelo sistema. É da construção da organização de base que dependerá o caráter e a concepção da futura cooperativa.

O décimo quarto passo: Deverá ser realizado pelas organizações locais e pela base regional responsável, *um diagnóstico da capacidade de poupança e de renda da agricultura local, com o intuito de orientar a gestão institucional.* Para realizar esta tarefa, devem ser confrontados o conhecimento da agricultura local e as análises das estratégias de gestão das cooperativas do sistema (tipos de matrizes de gestão) que tenham semelhanças quanto ao tipo de agricultura praticada. Esta reflexão poderá ser feita com as pessoas que conheçam a agricultura local e com diretores, técnicos e assessores que fazem as análises de gestão do sistema. Os resultados poderão orientar acerca da capacidade de poupança, de capital social e das condições de pagamento dos agricultores, bem como a capacidade de aplicação menor ou maior no mercado financeiro e a consequente estratégia de liberação de empréstimos com recursos próprios, mediante controle operacional e social de inadimplência. Algumas perguntas deverão ser respondidas pelas representações locais das novas cooperativas:

– Quais as atividades mais produzidas pelos agricultores e onde serão aplicados os recursos do crédito?

– A agricultura local é pobre comparando-a com outros municípios conhecidos do sistema que tenham Cresol?

As respostas a estas perguntas podem redefinir a estratégia de aplicação dos recursos próprios, vide a proposta do *Sexto Passo*. Diz respeito à análise, ao planejamento e monitoramento a ser realizados pelo sistema, mais especificamente pelas bases regionais. A proposta deste Décimo Quarto Passo é desafiadora ao sistema, pois exige orientações e acompanhamentos específicos que valorizem as experiências de gestão das cooperativas. A proposta de gestão deve ser construída em conjunto com a coordenação de expansão, e monitorada pela Base Regional de abrangência da Cooperativa Singular.

O décimo quinto passo: Versa sobre a *estratégia de Parcerias* a ser construída pela Cresol. Destacamos dois tipos de parcerias: com o Sindicato e Entidades de representação e apoio da Agricultura Familiar; com Prefeituras, Emater, Epagri, ONGs, agentes financeiros e outros. O plano estratégico de fortalecimento dessas parcerias deve ser apresentado ao sistema nas agendas seguintes de acompanhamento de constituição das cooperativas.

O décimo sexto passo: Aponta a *construção da Agroecologia* como eixo estratégico de orientação aos projetos financiados pela Cresol. Uma ação imediata da Cresol quando planeja sua constituição é fortalecer as relações com ONGs, principalmente para a formação de dirigentes, técnicos e agricultores. A Cresol deve ter um plano de fortalecimento da agroecologia para o seu quadro social e deve pautá-lo já nas primeiras reuniões de constituição este plano deve ser apresentado ao sistema nas agendas seguintes conforme os passos 14 e 15.

O décimo sétimo passo: Sinaliza uma tarefa a ser realizada pelas representações municipais e/ou regionais que estão propondo ao Sistema Cresol a constituição de uma nova cooperativa. *É o compromisso político assumido entre o sistema e a região e/ou o município.*

O décimo oitavo passo: Indica *uma tarefa de compromisso assumida pelo Sistema Cresol, por meio da Coordenação de Expansão e das Bases Regionais, de realizar agendas lo-*

cais de acompanhamento à constituição das novas Cresols. Este acompanhamento mínimo deve ser complementado pela Base Regional.

O décimo nono passo: *É o monitoramento final da Cresol,* realizado antes de legitimar formalmente a abertura de portas para o funcionamento. Este passo acontecerá em um encontro realizado após a abertura para uma avaliação final das metas atingidas e das orientações à todas as novas cooperativas.

O vigésimo passo: *É o que está para ser construído, pois o projeto do Sistema Cresol é uma construção coletiva de muitos agricultores e organizações, é o resultado dessa luta, e representa parte do sonho coletivo de uma nova sociedade.* Venha nos ajudar a construir sonho.

4. A constituição da Cresol Dona Emma

Em 1999 várias lideranças e agricultores iniciam os debates visando a constituição de uma cooperativa de crédito solidária que atendesse as demandas dos agricultores familiares. É neste cenário que, no ano de 2000, um grupo de lideranças com conhecimento da existência do Sistema Cooperativo na região sudoeste do Paraná e Oeste Catarinense visitou algumas cooperativas, com o intuito de melhor conhecer e entender a dinâmica (missão e princípios) e o funcionamento de uma Cresol.



Viagem para o Paraná.

A partir do desejo de constituir uma cooperativa voltada para os agricultores familiares, atrelado ao que foi observado na visita às cooperativas do Sistema Cresol no Paraná, iniciou-se um amplo debate envolvendo lideranças, agricultores e entidades na busca de sua viabilização. O grupo que coordenou esse processo também articulou um roteiro de reuniões nas comunidades para apresentar aos agricultores familiares tal proposta. Graças a isso que o projeto foi se concretizando.



Lista de presenças na Assembléia Geral de Constituição de Cooperativaz de Crédito Rural Dona Emma

Concluído esse roteiro de reuniões, as lideranças se definiram pela constituição da cooperativa, a qual inicialmente teve como nome CrediEmma, instituída em 02 de abril de 2001. Inúmeras pessoas prestigiaram o ato de abertura oficial da cooperativa – hoje Cresol Dona Emma, iniciando um novo ciclo para o crédito e para a realidade da agricultura familiar daquela região.



Abertura da Cresol.



Ata da constituição da cooperativa.

Segundo Alexandre Prada, do CEMEAR (Centro Motivação Ecológica Alternativas Rurais),

[...] a contribuição para a constituição da Cresol Dona Emma ocorre em sequência a uma série de opções de desenvolvimento da Agricultura Ecológica junto ao Vale do Itajaí, iniciadas a partir de 1996 através da cooperação entre famílias agricultoras, técnicos e consumidores urbanos. Entre as muitas demandas necessárias ao avanço de uma agricultura alternativa aos sistemas de integração predominantes na região (sobretudo a fumicultura), o acesso ao crédito surgiu como uma ferramenta com grande poder de transformação, uma nova lógica que muito contribuiu com a construção da agroecologia na região. A grande maioria das famílias agricultoras dos pequenos municípios do Alto Vale do Itajaí, praticamente não dispunham de linhas de crédito acessíveis e adequadas a sua realidade. A organização do crédito através da cooperação entre famílias agricultoras, além de ser um princípio dentro da agricultura ecológica e das ações do CEMEAR, buscava promover uma maior autonomia das famílias agricultoras. O acompanhamento técnico por meio dos trabalhos de assessoria da Equipe de Apoio do CEMEAR combinado com o crédito desenvolvido em regime de cooperação permitiu o desenvolvimento da agricultura ecológica com muito mais agilidade e segurança às famílias agricultoras envolvidas. Em resumo, o esperado seria mesmo o fortalecimento da Agroecologia no Vale do Itajaí.

Destaca-se que o primeiro ano apresentou muitas dificuldades, pois foi necessário fazer com que os agricultores apostassem na cooperativa e fizessem sua movimentação de recursos, garantindo negócios e, conseqüentemente, a viabilidade financeira da cooperativa. O esforço por parte das lideranças, parceiros, diretores e colaboradores se deu com o intuito de garantir a inserção e a consolidação da cooperativa no município e região, e para tanto várias foram as ações desenvolvidas.



Equipe funcional e diretores da Cresol Dona Emma – fevereiro de 2011.

Na avaliação de Jonas Konig, representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Regional (SIN-TRAF), as maiores contribuições da Cresol Dona Emma nestes 10 anos de atuação no Vale do Itajaí têm sido no sentido de

[...] facilitar o acesso ao crédito para os agricultores, pois foi por meio de parcerias com as organizações sociais da região – sendo esse o agente financeiro da agricultura familiar –, estando próximo aos agricultores e dialogando com os cooperados que buscou-se atender a seus anseios.

Complementando, Jonas afirma que o grande trunfo da Cresol é de

[...] ser um instrumento que contribui para a melhoria da agricultura com transparência, solidariedade e cooperação. O grande desafio da Cresol para o futuro será manter os seus princípios, sua missão e transparência, ou seja, sendo um diferencial na sociedade. O SINTRAF apostou no Sistema Cresol por acreditar em um novo cooperativismo, com uma nova lógica, com participação dos cooperados, democrática, que tenha nele e na sua qualidade de vida seu maior foco e objetivo. Também por acreditar que a Cresol é um instrumento para o desenvolvimento local e regional, aliando-se a parceiros estratégicos como as organizações sociais e sindicais no sentido de trazer uma melhor qualidade de vida para as famílias.

Para Igomar Lieck, membro do primeiro conselho de administração da Cresol Dona Emma, a cooperatividade crédito solidário contribuiu de forma determinante para

[...] se conseguir fazer uma rádio comunitária, também para a realização da festa do colono, além de auxiliar todo o associado na solução de suas necessidades: um trator, uma vaca, um implemento agrícola, uma casa etc. Eu, por exemplo, comecei com a Cresol e hoje sou um agricultor com muito sucesso, tenho uma casa, um pedaço de terra, um trator e duas estufas de fumo, tudo graças à Cresol Dona Emma. Como sou um colono, quando preciso tenho um bom atendimento ser um agricultor na Cresol é ter preferência. Admiro como somos bem atendidos, por isso gosto de participar dos eventos da Cresol.

Já para Reginaldo Lazzaris, primeiro funcionário da Cresol Dona Emma, as grandes contribuições da Cresol foram no sentido de ter

[...] facilitado e estimulado o acesso ao crédito para muitos agricultores e agricultoras que até então não tinham informação de como conseguir dinheiro, para ampliar e melhorar sua propriedade, produção e moradia. A Cresol possui uma gestão transparente, mostrando e distribuindo aos associados as sobras [monetárias], formando novas lideranças através de cursos de formação, intercâmbios etc. O atendimento ao sócios e quem coordena são os próprios associados, assim todos sabem da dificuldade e onde estão os maiores problemas dos agricultores, podendo direcionar os trabalhos nessa direção.

5. A Cresol formando e construindo lideranças

Com o início dos trabalhos por parte da cooperativa, e percebendo a necessidade de inserir-se na vida das comunidades, logo nos primeiros anos de sua constituição foi implementado o Programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito, sendo escolhida uma liderança por comunidade para representar a Cresol, divulgando e difundindo suas propostas.

Mensalmente são reunidos os agentes da cooperativa, sempre com o intuito de repassar as informações sobre a Cresol, seus produtos e serviços, seus indicadores, sobre os cenários para a agricultura, entre outros temas afins ao Sistema. Inegavelmente, o trabalho das lideranças tem contribuído de forma substancial na consolidação da Cresol Dona Emma nestes seus 10 anos de história.



Reunião com os agentes de Crédito.

Ainda no tema da formação, seguindo as orientações da Cresol Central SC/RS, a Cresol Donna Emma busca de forma permanente capacitar seus associados com atividades relacionadas à habitação, ao Pronaf, à produção orgânica, organização e planejamento da propriedade, entre outras temáticas relacionadas à agricultura familiar. Seguindo essa mesma linha, vale destacar que a cooperativa busca dar suporte e acompanhamento técnico aos seus associados, havendo um técnico agrícola capacitado para orientar os agricultores. Desde seu início a cooperativa possui uma preocupação relacionada às ações de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). São realizados dias de campo, intercâmbios, oficinas temáticas buscando levar informações e novas tecnologias aos agricultores da região. Essa forma de trabalho tem sido um grande diferencial da Cresol Dona Emma, pois além de repassar o crédito, busca-se acompanhar os agricultores com orientação técnica especializada.



Intercâmbio sobre Cisternas realizado por associados da Cresol Dona Emma e Base Regional, Formosa do Sul, 2010.

A cada atividade formativa realizada pela cooperativa, em parceria com a Base Vale do Itajaí e Cresol Central SC/RS, avançava-se no intuito de consolidar a marca Cresol e, acima de tudo, na construção de um cooperativismo que atenda as demandas e necessidades dos agricultores. Atribui-se, em grande medida, o sucesso da Cresol Dona Emma nestes 10 anos de muitas conquistas ao conjunto de atividades formativas que foram realizadas, pois acreditamos que ela, por ser um dos sete princípios do cooperativismo, contribuiu substancialmente para o fortalecimento do associativismo.



Curso de formação para colaboradores, 03 de julho de 2010 – Dona Emma / SC.

6. Expansão para outros municípios

A Cresol Dona Emma foi a primeira cooperativa do Sistema Cresol na região do Vale do Itajaí. Ela inaugurou uma nova fase no tema do cooperativismo de crédito solidário nessa grande re-

gião do estado de Santa Catarina, pois foi a partir da experiência de Dona Emma que vários outros municípios organizaram-se e constituíram cooperativas e Unidades de Atendimento Cooperativo - UAC: Cresol Alfredo Wagner, com UAC no município de Bom Retiro; Cresol Apiúna, com UACs nos municípios de Lontras e Presidente Nereu; Cresol Pouso Redondo, com UAC em Trombudo Central; Cresol Vitor Meireles, com UACs nos municípios de Rio do Campo e Santa Terezinha; Cresol Witmarsum, com UACs nos municípios de José Boiteux e Saleté.

A primeira (UAC) da Cresol Dona Emma foi em Presidente Getúlio, inaugurada no ano de 2008. A partir de alguns problemas de gestão enfrentados pela então cooperativa Cresol Taió, em 2009 ela é incorporada pela Cresol Dona Emma, sendo essa a primeira experiência detal natureza realizada pela Cresol Central SC/RS, o que trouxe expressiva aprendizagem para todo o Sistema.

Foram tantos os reflexos dos trabalhos desenvolvidos pela Cresol na região que lideranças de outros municípios também se organizam buscando constituir novas Unidades de Atendimento Cooperativo. Nesse cenário, no ano de 2010, ocorrem as aberturas das UACs de Mirim Doce e de Ibirama.



Está no planejamento estratégico da Cresol Dona Emma para o próximo período continuar o processo de expansão na região.

A expansão do Sistema Cresol em todas as regiões tem ocorrido de forma intensa, devido ao interesse de lideranças contribuírem no desenvolvimento do cooperativismo de crédito solidário voltado para o meio rural. Explicitamos a necessidade da Cresol Dona Emma, bem como de todo o Sistema Cresol, em construir uma estratégia clara de expansão, buscando atender as demandas existentes, inclusive para outras regiões do Brasil. A clareza estratégica de expansão será vital do ponto de vista da sustentabilidade e do crescimento do Sistema, desenvolvendo ações articuladas que objetivem por um cooperativismo calcado nos princípios da solidariedade.

7. Construção da sede da cooperativa

Outro marco importante no itinerário histórico da Cresol Dona Emma é referente à construção da sede própria, ocorrida entre os anos de 2003 e 2004. Trata-se de um importante passo para esta Singular, pois trouxe como consequência o aumento da credibilidade da cooperativa por parte da comunidade.



Construção da sede da Cresol Dona Emma

A construção contou com a participação de muitos associados que, solidariamente, doaram parte do seu tempo a essa empreitada, vivenciando-se, na prática, a experiência do cooperativismo e do associativismo. Após vários meses de trabalho, no dia 16 de maio de 2004, ocorreu o ato de inauguração da sede própria, sendo motivo de festa e alegria por parte dos associados e da comunidade em geral, reforçando assim a confiança e a credibilidade da cooperativa em relação ao seu quadro social e também fortalecendo a marca Cresol em toda a região. Ressaltamos que os recursos para a construção da sede foram oriundos do Governo Federal, contando com participação do poder público municipal e da Cresol.



Fotos da inauguração.



Vale a ressalva sobre o fato que, devido ao compromisso do Sistema com o tema da bioconstrução, a Cresol Dona Emma construiu sua garagem seguindo o modelo de construção alternativa, visando assim estimular o surgimento de novas iniciativas com essa mesma metodologia na região.



Garagem da Cresol Dona Emma construída durante o ano de 2008.

O fomento de modelos alternativos para a construção de casas tem sido uma preocupação permanente do Sistema Cresol, que busca assim também potencializar projetos ligados à produção agroecológica ou em processo de transição, mesmo sabendo da resistência da grande maioria dos agricultores a essa proposta. Progressivamente, a cada ano novas experiências passam a existir seguindo esses modelos alternativos, em contraponto aos modelos convencionais, tanto na construção civil como na produção agrícola.

O desafio da Cresol Dona Emma e das demais cooperativas do Sistema é ampliar o rol de experiências alternativas, disseminando uma cultura diferenciada na mentalidade dos nossos agricultores familiares.

8. A Cresol como agente de desenvolvimento

Percorrendo a história do Sistema Cresol, perceberemos que ele surge com a missão primeira de repassar aos seus associados uma das principais políticas públicas para o setor, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). As primeiras cooperativas do Sistema trabalhavam centralmente com o repasse de Pronaf via convênio com o Banco do Brasil.

São milhares de agricultores que, desde o primeiro ano de implementação do Sistema, acessam recursos públicos graças ao trabalho das Cresois, as quais criam as condições para atender as demandas dos seus associados. São milhões de reais que a cada ano a Cresol Dona Emma juntamente com as demais cooperativas do Sistema disponibilizam para seus associados: Pronaf Custeio, Pronaf Investimento e Microcrédito.

Com os recursos oriundos do Pronaf acessados via Sistema Cresol, muitos agricultores familiares mudaram sua realidade agrícola, pois conseguiram ampliar e qualificar sua produção, gerando maior renda e qualidade de vida. São centenas de agroindústrias financiadas pelo Pronaf Investimento, milhares de agricultores que aumentaram sua produção leiteira graças a Cresol.



Pronaf investimento para agroindústria familiar financiado pela Cresol Dona Emma.

A partir das melhorias ocorridas com o Pronaf, em relação a prazos e taxas de juros, e somado a isso o PGPAF (Programa de Preços Mínimos para Agricultura Familiar) e o Proagro, a vida dos nossos agricultores tem, de certo modo, facilitada ainda mais, desde que apliquem de forma adequada e planejada os recursos que buscam na cooperativa.

O desafio é fazer com os agricultores mesmo com os avanços na linha do Pronaf e a respectiva busca de novas alternativas de renda, não é o suficiente para mudar o foco da nossa agricultura familiar, pois muitas famílias insistem na produção de grãos, fumo, na monocultura, nos *commodities* produzindo à custa do uso excessivo de agrotóxicos e o consequente descaso com as questões ambientais. Por isso a necessidade de se repensar o atual modelo produtivo, buscando ampliar a produção agroecológica.

A partir da premissa de construir modelos produtivos alternativos, isso associado à necessidade do Sistema em orientar a aplicação do crédito, é que desde 2007 a Cresol Central possui programas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), na qual cada cooperativa possui um técnico agrícola com o objetivo de orientar e acompanhar os seus associados na aplicação do crédito. A intenção é fazer com que todos os associados tenham acompanhamento técnico, objetivando melhorar o planejamento e a gestão da propriedade, trazendo melhor aplicação do crédito e, como consequência, o retorno financeiro.



Trabalho de ATER na propriedade de Rosiane Odorizzi.

Como afirma o associado Osni Hulse, beneficiário do Pronaf Investimento e que foi sócio-fundador da Cresol Dona Emma,

[...] logo que foi apresentado o Sistema, na época da fundação, acreditamos no projeto e na sua idoneidade. Nesse período já fazíamos parte do movimento sindical FETRAF-SUL. Sabíamos porque se estava buscando uma alternativa de crédito. Na época se buscou o crédito junto ao governo e conseguimos com muita luta o Pronaf, e, na sequência, as melhorias dentro do próprio Pronaf, como a diminuição dos juros e a diversificação das linhas de crédito. Foi quando a Cresol abriu as portas do crédito a uma soma grande de agricultores que até então estavam fora desse processo. O que contou muito também foi a forma como se constituiu o processo de fundação e trabalho como um todo, sendo que os próprios agricultores controlavam a cooperativa e assim estamos, até hoje.

Outra importante observação no depoimento de Osni é sobre as contribuições da Cresol Dona Emma desde sua criação:

A maior mudança que aconteceu foi em Dona Emma. Antes da Cresol existir, praticamente não existia cooperativismo no município. Linhas de leite não cobriam a totalidade dos produtores, as dificuldades eram muitas. Em 10 anos de Cresol, o comércio está mais fortalecido, linhas de leite por todo o município, casas novas para os agricultores, um sindicato mais forte, muitas empresas novas entrando no município, muito emprego, tem até atraído gente de outras regiões a fazer a vida em Dona Emma. Na região não tem sido diferente, pois, a partir da Cresol, hoje todo Vale do Itajaí possui atuação do Sistema Cresol, trazendo melhorias significativas em cada local que se instala. O acesso ao crédito era o maior desafio que tínhamos na região, pois havia município que não tinha sequer agência do Banco Brasil, não existia Pronaf, hoje todos têm possibilidade de acessá-lo.

Outra importante política pública operada pela Cresol Dona Emma é a questão da habitação, especialmente no meio rural. Milhares de famílias reformaram ou construíram suas casas graças ao trabalho da Cresol em parceria com a COOPERHAF. Na Cresol Dona Emma, até o ano de 2010, foram construídas e reformadas 147 casas. A cada obra concluída explicita-se a realização de um projeto, o sonho das famílias que se realiza.

Segundo Evaldo Hoepers, beneficiário da habitação, as maiores contribuições da Cresol para o município têm sido o “[...] crédito para o pequeno agricultor, o repasse de dinheiro vindo do governo federal para um bom desenvolvimento do agricultor familiar. A melhor coisa que veio para Dona Emma foi a Cresol, na hora certa, caiu do céu.” Evaldo afirma ainda que, “[...] se não fosse a Cresol, a dificuldade do sonho de uma casa seria muito maior, teria que ser adiado por mais tempo e talvez nunca se realizasse.” Por fim, o beneficiário destaca que a colaboração da Cresol em sua qualidade de vida, pois hoje “[...] conseguimos descansar e observar como a vida melhorou com a casa nova. É emocionante saber como tudo é muito gratificante. A gente trabalha mais animado graças a Cresol!”



Foto de beneficiário da habitação.

Somos conhecedores que os avanços no tema da habitação, em especial a rural, têm ocorrido nos últimos anos graças ao apoio do governo federal, que passou a disponibilizar recursos

para, gradativamente, reduzir o déficit habitacional existente no meio rural. Observamos que mesmo com todos os avanços obtidos, por meio dos quais muitas famílias foram atendidas, existem ainda muitas que aguardam pela realização do sonho de reformar ou construir sua casa. Temos clareza da importância do tema da habitação rural, pois ele está diretamente ligado à questão da permanência dos agricultores no meio rural. Com isso, não estamos afirmando que resolvendo os problemas da habitação no meio rural estancaremos em definitivo o êxodo, mas é inegável que a solução dessa questão trará expressiva contribuição para se manter os agricultores no campo.

Por isso é indispensável que essa política continue sendo a cada ano melhorada, sempre com o objetivo de atender as demandas dos agricultores. Portanto, é fundamental primarmos por programas que garantam agilidade ao seu acesso por parte dos agricultores familiares.

9. A Cresol como espaço de exercício da democracia

O Sistema Cresol possui um conjunto de aspectos que constituem seu diferencial enquanto cooperativismo de crédito solidário. Dentre desses, destacamos o elemento do controle e a participação social, pela qual prima-se sistematicamente pela participação dos associados na vida da cooperativa, sentindo-se parte dela.

Nesse sentido, a Cresol Dona Emma busca construir mecanismos que permitam a participação dos associados na dinâmica da cooperativa, acompanhando seu crescimento, do ponto de vista econômico e social. Para atender essa demanda, são realizadas anualmente reuniões nas comunidades para debater com os seus associados a situação e os rumos da cooperativa. Tal ação procura aproximar os associados e as comunidades à cooperativa, garantindo um processo mais transparente e duradouro.



Reuniões da Cresol Dona Emma nas comunidades.

Diante dessa necessidade, o conselho de administração constitui roteiros de reuniões para debater com os seus associados sobre as decisões futuras. Esse procedimento, além de criar comprometimento entre os associados e a cooperativa, diminui as possibilidades de erro na tomada de decisões por parte do conselho administrativo, o qual é eleito pelos associados e que deve assim, necessariamente, ouvir a opinião do quadro social.

Além de reuniões temáticas, a Cresol realiza as Pré-assembleias, que são encontros nas comunidades focando a prestação de contas da cooperativa ao seu quadro social, e que visam preparar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nesses encontros, normalmente são debatidos os pontos de votação da assembleia, garantindo que os associados estejam conscientes no seu voto. Além disso, a cooperativa aproveita a oportunidade para avaliar seu trabalho, coletar sugestões, divulgar seus produtos e serviços e seus indicadores sociais e financeiros, numa dinâmica de integração entre os associados, comunidades e o Cresol.

Os agentes comunitários de desenvolvimento e crédito são estratégicos no trabalho de organização e mobilização das reuniões e pré-assembleias, pois são eles que convidam os associados e os potenciais sócios para participarem desses encontros.



Lista de presença de reuniões nas comunidades.



Assembleia da Cresol.

Para a atual conselheira de administração, Isolete Eleutério, a Cresol mantém um espírito familiar: “[...] minha relação com a Cresol Dona Emma é muito importante, pois sou muito bem atendida. A convivência com o conselho e os funcionários é muito boa. Quando estou na Cresol Dona Emma me sinto em casa.”

Isolete destaca o que a motivou a participar do Sistema, foi “[...] por acreditar que existe uma grande diferença entre o sistema Cresol e os Bancos, pois nossos juros são menores e a sobra anual é partilhada entre todos os associados. Admiro a transparência da gestão e a união entre todos”.

Segundo o atual colaborador Gláucio,

A Cresol conquistou a confiança da população, e isso não é coincidência. O Sistema atende as pessoas que eram discriminadas em outras instituições financeiras, através de linhas de financiamento em parceria com o governo federal foi dado ênfase aos agricultores, por meio do Pronaf, de programas habitacionais e outros mais. O atendimento mais humano também é um diferencial. [...]

Atualmente, a Cresol consegue atender todos os seus associados. Acredito que precisamos evoluir no quesito sistema informatizado, ter um *software* de melhor qualidade, mais competitivo. Manter os sócios conquistados ao longo dos anos também é uma preocupação, já que existe grande concorrência de outras instituições de crédito.

O que Gláucio mais admira na Cresol é a

[...] forma de trabalho, onde todos têm vez e voz para poder falar, opinar. O sistema preza por um bom relacionamento entre todos. A Cresol ajuda nas comunidades, no município, no que for preciso. Ou seja, há um espírito de viver em sociedade, cooperação é a palavra certa.

Já o colaborador Gilvoney afirma o seguinte:

[...] posso dizer que após três anos de convivência, o que se destaca é o cunho social da Cresol. Ela revolucionou a agricultura nos municípios, dando ênfase nos financiamentos com juros menores (Pronaf), se fez repassadora de programas habitacionais e tornou-se um símbolo de confiança ao associado. [...] Por atuar na região do Sul do Brasil, é importante referendar que o Sistema foi criado para fortalecer e estimular a interação solidária entre as Cooperativas e Agricultores (as) Familiares, por meio da oferta de crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável.

A partir do trabalho da Cresol, novos processos organizativos foram surgindo no município de Dona Emma. São iniciativas em que a Cresol teve participação decisiva na sua constituição. Citamos três casos mais explícitos: a festa em comemoração ao dia do colono e do motorista, evento que a cooperativa passou a organizar desde 2003 e atualmente é um marco municipal e regional, sendo que a cada ano aumenta a participação da comunidade. Trata-se de um importante espaço de celebração e confraternização em que as famílias de agricultores se reúnem para comemorar.

emissora de rádio do município e que surgiu a partir da organização e da mobilização das lideranças da comunidade para concretizar esse antigo sonho. A Cresol auxiliou na construção da sede da rádio e na estruturação dos equipamentos. Estamos falando de um importante meio de comunicação social, alternativo aos moldes convencionais, que busca diuturnamente levar informações e entretenimento às comunidades local.

Para Otomar Matiola, associado e agente comunitário de desenvolvimento e crédito da Cresol Dona Emma, as grandes contribuições da Cresol na região têm sido o

[...] fortalecimento da agricultura familiar, o Pronaf Investimento, as Unidades de Atendimento Cooperativo em outros municípios, a festa do agricultor e do motorista, uma linha especial para habitação, sendo que a direção e a gestão são dos próprios agricultores.[...] Os diferenciais da Cresol têm sido a proximidade entre a cooperativa e seus associados, as campanhas de capitalização e captação, o crédito direcionado e assistido para o agricultor familiar, as taxas de juros mais baixos, visando sempre garantir uma gestão transparente.



Inauguração da Rádio Comunitária.

Na avaliação de Roberto Plotz, comerciante e agricultor familiar do interior do município de Dona Emma, ao fazer o resgate histórico, ele destaca que

[...] a Cresol surgiu numa sala do Sindicato, era chamada por todos de banquinho da terra. Com o passar do tempo, a Cooperativa construiu uma sede muito boa, aos poucos conquistou a confiança da população, ninguém se lembra mais de falar do banquinho da terra, todos a conhecem como Cresol. Comigo não foi diferente, a partir do momento que percebi que as coisas estavam em um rumo certo, me associei a ela, e pude perceber o quanto melhor é trabalhar com uma cooperativa de crédito do Sistema Cresol.[...] As pessoas que nela trabalham são agricultores ou filhos de agricultores que conhecem a necessidade da população local, pessoas simples como nós, que conseguem atender muito bem a minha necessidade e a dos outros agricultores, já que nos sentimos em casa. Para o meu comércio foi muito bom, pois muitas vezes as pessoas pegam dinheiro emprestado na Cresol e pagam à vista para mim. Foram muitas as contribuições da Cresol Dona Emma, mas posso destacar algumas em especial. A Cresol deu oportunidade àquelas pessoas que eram discriminadas por outras instituições financeiras, isto se chama inclusão social, algo nunca visto antes, o agricultor familiar começou a ter oportunidades e ser visto com outros olhos. Suas linhas de financiamentos, através de parcerias com o governo federal, são algo que não podemos deixar de destacar, o Pronaf, os programas de habitação, de créditos pessoais e outros mais.

Portanto, não temos dúvidas que a Cresol Dona Emma, nestes seus 10 anos de história, possui participação efetiva e direta nas grandes transformações sociais ocorridas no município de Dona Emma e arredores. Pois tendo como porta de entrada o crédito, fez com que muitas outras iniciativas surgissem visando melhorar e qualificar a vida dos seus associados e da população em geral. É a Cresol gerando desenvolvimento sustentável para as comunidades nas quais possui atuação, nos três estados do Sul do Brasil.

10. Desafios para a Cresol Dona Emma

Mesmo com o conjunto de avanços ocorridos no último período na Cresol Dona Emma, bem como em todo o Sistema Cresol SC/RS, existem ainda um conjunto de desafios a serem pautados. Destacamos que a Cresol reforça seu compromisso com a atuação no tema do Pronaf, nas suas diferentes linhas, enfrentando o desafio de garantir a viabilidade do crédito por parte dos agricultores familiares. Existe também o desafio de garantir e ampliar a atuação na área da habitação rural, em parceria com a COOPERHAF, com a Caixa Econômica Federal e, nesse mesmo sentido, de aumentar os projetos de habitação com bioconstrução.

O Sistema Cresol busca consolidar o programa de ATER para nossos agricultores familiares via Pronaf Sustentável e o respectivo fomento para ampliar a produção agroecológica, devido às preocupações com as questões ambientais. Somam-se a isso os dilemas do endividamento dos agricultores familiares.

Expansão é outro desafio a ser debatido, pois existem muitas demandas, tanto no Sul como em outras regiões e estados Brasileiros. Portanto, é importante precisar a estratégia de expansão do Sistema Cresol, permitindo uma ação mais articulada.

Existem alguns pontos de pauta em vista de avançarmos no marco legal para o cooperativismo de crédito brasileiro. Para tanto a articulação do Sistema Cresol SC/RS com outros Sistemas de cooperativas de crédito solidário é fundamental para garantir a concretização das demandas existentes.

A Cresol possui ainda o desafio de manter relação com movimentos sociais, com ONGs que possuem projetos afins aos do Sistema, mantendo assim sua autonomia institucional, do ponto de vista econômico e político.

Para Osni, associado beneficiário do Pronaf Investimento, os grandes desafios que a Cresol enfrenta são

[...] o endividamento dos agricultores, com o fácil acesso ao crédito, nosso povo investiu bastante e muitas vezes, quase demais, trabalhando num limite perigoso. Qualquer intempérie, mudança na economia ou alguma crise abala a realidade da agricultura. Facilmente atinge nossos associados, comprometendo a sua estabilidade. O êxodo rural também pode nos afetar. O êxodo em nossa região tem crescido menos, em função justamente da presença e das ações da Cresol, mas o êxodo é uma tendência nacional e até mundial, onde se prevê que a população rural será cada vez menor. Formação: precisamos urgente investir mais em formação, tanto para dirigentes, futuros dirigentes e também para os associados, que devem estar sempre afinados com o Sistema e as ações da Cresol. Outro desafio que vejo é a relação da Cresol com outras entidades sociais da região. Todas as entidades do nosso campo deveriam promover mais atitudes em conjunto para nos mantermos sempre “por dentro” das ações e trabalhos que cada um vem desenvolvendo. Essa vontade deve partir de todas as entidades, mas se ninguém “puxar” os Fóruns, elas não acontecem. Deveríamos interferir mais na produção dos agricultores, fazendo isso, todos sairiam ganhando. Estando o agricultor feliz e estabilizado, com sucesso, a Cresol irá bem, o êxodo diminuirá e a economia geral do município crescerá.

Na mesma lógica, Roberto Plotz, comerciante e agricultor do interior aponta que

[...] os maiores desafios a Cresol já enfrentou. Conquistou a confiança da população, tem números que provam isso, coisa que muitos não acreditavam. A Cresol criou as unidades de atendimento, dando praticamente a todos municípios vizinhos a oportunidade de conhecer e trabalhar com o Sistema, contemplando a todos. Talvez um desafio será continuar essa linha de crescimento, já que existe grande concorrência no sistema financeiro.

Portanto, queremos garantir processos participativos com todos os segmentos das nossas cooperativas (associados, diretores, colaboradores, agentes de crédito etc), sempre na busca da construção de uma cultura do cooperativismo apoiado no tripé *solidariedade, necessidade e criatividade*.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Cooperativismo de crédito solidário: constituição e funcionamento*. São Paulo: Kingraf, 2000.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento*. Brasília, DF: Lid, 2001.

BÚRIGO, Fabio Luiz. *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. 2006. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BÚRIGO, Fábio Luiz. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.

Cresol Central SC/RS. *Mapa de localização*. Disponível em: <<http://www.cresolcentral.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. 4. Ed. Brasília: BCB, 2006.

Manuais internos do Sistema Cresol SC/RS.

CRESOL DONA EMMA: potencializando o desenvolvimento local sustentável e solidário

Cledir A. Magri¹

1. Considerações iniciais

O objetivo desta reflexão é dialogar sobre um conjunto de temas referentes à experiência do Sistema Cresol na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, a partir da atuação da Cresol Dona Emma, cooperativa que em 2011 está celebrando 10 anos de atuação no segmento da agricultura familiar. Trata-se de uma história de inúmeras conquistas e superação de desafios visando atender às necessidades e demandas dos seus associados.

Sabemos que nesses 10 anos a Cresol repassou milhões de reais aos seus associados, nas diferentes linhas de crédito que o Sistema opera. A partir do trabalho desenvolvido pela Cresol, um novo cenário de desenvolvimento passou a ser percebido no município de Dona Emma e região. Considerando isso, num primeiro momento, vamos apresentar a compreensão e a concepção de desenvolvimento local, sustentável e solidário, expondo posições teóricas sobre a temática. Num segundo momento, dialogaremos sobre as organizações sociais e a agricultura fami-

1 Doutorando em Filosofia pela UNISINOS, Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Pós-graduado em Gestão em Desenvolvimento Rural e Cooperativismo de Crédito Solidário pelo IMED. Pós-graduado em Direitos Humanos pelo IFIBE. Graduado em Filosofia pelo IFIBE, educador popular e assessor pedagógico da Cresol Central SC/RS.

liar, procurando explicitar qual é o papel dos movimentos e das organizações sociais para o desenvolvimento local e regional, de forma sustentável e solidária. A partir desses elementos, na parte final, refletiremos sobre a Cresol e o desenvolvimento local-regional sustentável solidário, ou seja, qual é a contribuição da Cresol para potencializar o desenvolvimento daquela região.

2. Concepção de sociedade desenvolvida

A definição do que é uma sociedade desenvolvida não é algo atemporal, mas é, sim, influenciada por um conjunto de elementos, como as macro-condicionantes das políticas econômicas, além dos aspectos culturais, históricos, ambientais, de formação política e ainda pelas concepções que circundam o momento da sua formulação. Na nossa percepção, o desenvolvimento precisa ser entendido não como crescimento econômico, mas como melhoria da qualidade de vida no sentido de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, podemos dizer que desenvolvimento compreende um processo que permeia a história de cada sociedade, que envolve todo tipo de avanços, retrocessos, conflitos e pactos entre os atores envolvidos, e que gradualmente, ao longo do tempo, permite um incremento na qualidade de vida de cada população.

Nesta perspectiva de raciocínio, ao invés de procurar estabelecer uma definição única e inconfundível do que vem a ser desenvolvimento, foco de constante polêmica, seria mais adequado trabalhar com a ideia de indicadores, considerando as seguintes dimensões: inclusão social; fortalecimento da economia local; inovação na gestão pública; gestão ambiental e uso racional de recursos naturais; e mobilização da sociedade. Ou seja, a compreensão mais ampla de desenvolvimento supõe uma visão integral, um processo global que envolve todas essas dimensões.

Compreendemos que uma sociedade desenvolvida é caracterizada por três aspectos fundamentais da vida social: a) um elevado padrão de renda per capita com uma adequada distribuição espacial, pessoal e funcional desta renda; b) um alto nível de qualidade de vida com garantia de um meio ambiente saudável e equilibrado, e amplo acesso aos serviços de saúde, educação, lazer, cultura, habitação, saneamento, transporte, infra-estrutura e à produção científica; e c) um processo democrático com plenas condições de exercício da cidadania, sem discriminações sociais, e amplas camadas da população decidindo, efetivamente, os rumos da sociedade.

Na concepção de desenvolvimento que propomos, existe uma interação entre esses três elementos, gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e social. Ou seja, um padrão de renda elevado e adequadamente distribuído viabiliza, de um lado, o financiamento do acesso aos serviços sociais, garantindo qualidade de vida, e, de outro, condições mais igualitárias para a participação dos cidadãos no processo político e social. Complementarmente, com uma elevada qualidade de vida, a população tem suas condições físicas e mentais potencializadas para atuar no processo produtivo e atuar politicamente com consciência, exercendo sua cidadania de forma legítima e qualificada. Completando o círculo virtuoso, o pleno exercício da cidadania, por meio do envolvimento direto da população na tomada das decisões que atingem o conjunto da sociedade, contribui para o desenvolvimento econômico e para o desenvolvimento social, pois a democracia participativa pode garantir não só a eficácia das políticas públicas como também o respeito às especificidades dos diversos setores econômicos e dos diferentes segmentos sociais.

A nosso ver, a ideia do círculo virtuoso entre renda, qualidade de vida e participação popular nos faz conceber a questão do crescimento econômico como um meio para o desenvolvimento integral do ser humano. Ou seja, nesta proposta a questão do desenvolvimento consiste em articular as diferentes

potencialidades das pessoas, do ponto de vista econômico, social, político, ambiental e cultural. Isso significa dizer que o crescimento econômico e o crescimento da renda devem ser vistos como meios e causas necessárias, mas não suficientes para o desenvolvimento humano, pois uma concepção de desenvolvimento implica em diminuir as disparidades econômicas, compatibilizando crescimento econômico, qualidade de vida e participação da cidadania na política.

A partir dessa compreensão mais geral, queremos conceitualizar uma proposta de desenvolvimento local e sustentável, considerando os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais.

3. Concepção de desenvolvimento local

Os benefícios de uma política econômica e social, cuja base está assentada no desenvolvimento local e regional de caráter sustentável, baseiam-se na concepção de utilização equilibrada da natureza, no fortalecimento da produção e do mercado local, na geração de mais e melhores empregos e na melhor distribuição de renda, resultando, conseqüentemente, num maior processo de inclusão social, na erradicação da pobreza, em justiça social e equilíbrio ambiental.

Historicamente, o desenvolvimento ocorreu de forma desigual, resultando em áreas de extrema concentração de riquezas, em detrimento de outras com grandes bolsões de pobreza. Esta realidade que, em muitos casos, se processa de forma desigual e combinada, se manifesta em várias escalas geográficas, não sendo aplicada apenas para caracterizar os problemas de desenvolvimento entre regiões globais ou países, mas, também, no interior de cada país, entre seus estados e municípios. As conseqüências desse processo vão desde a estagnação econômica e o êxodo rural até o crescimento desordenado das grandes cidades, gerando, em ambos os casos, bolsões de miséria e pobreza.

Uma nova visão a respeito de uma política de desenvolvimento passa, em primeiro lugar, por uma maior intervenção pública no processo, tanto no sentido de estímulo à produção local quanto no sentido de maior regulação sobre o capital, por meio da criação de mecanismos de controle social, ou seja, em contraposição ao preceito neoliberal de desregulamentação total dos setores público e privado, e de abertura indiscriminada da nossa economia ao capital internacional.

A “máxima neoliberal” de que somente a partir da abertura da economia nacional e regional seria possível promover a modernização necessária para que as indústrias e a agricultura obtivessem níveis internacionais de competitividade, e de que o processo de desenvolvimento seria função direta da atração de investimentos do exterior, via renúncia fiscal e privatização do patrimônio público, só serviu de desculpa para ocultar a real estratégia do capital internacional, que é ter controle sobre nosso mercado e economia.

Tal processo provocou, entre outras consequências danosas, a desagregação de importantes setores econômicos nacionais, regionais e locais, ampliou a concentração de renda e o desequilíbrio econômico entre as regiões e os municípios. Intensificou a nossa dependência econômica e tecnológica, manifestando-se de forma concreta no aumento do desemprego e na absurda guerra fiscal entre estados e municípios. Esse processo contribuiu para estabelecer parâmetros de desenvolvimento desiguais, na medida em que fortaleceu a ideia de que a condição para uma região ou município se desenvolver é a de que uma outra região perca, ou então, para que uma seja subordinada a outra.

Nesse sentido, a retomada do desenvolvimento, a nosso ver, não pode prescindir do apoio aos setores econômicos e sociais locais e regionais. Os investimentos devem estar direcionados prioritariamente para promover um maior equilíbrio regional, orientados na perspectiva de gerar empregos, a distribuir renda e melhorar a qualidade de vida da população.

O poder público, especialmente a representação municipal, tem o papel de auxiliar e coordenar a formulação da proposta, no auxílio à remoção dos obstáculos a sua efetivação e na ativação dos demais agentes públicos e agentes sociais (setores produtivos, universidades, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais) que deverão se engajar. É importante, para tanto, a definição de um projeto de desenvolvimento local que parta de um diagnóstico histórico, cultural e sócio-econômico, levando-se em conta as potencialidades, assim como as limitações de cada lugar e região para dinamizar o processo de crescimento com inclusão social.

A construção das políticas de desenvolvimento local requer que se priorizem os setores e os programas que caminham no sentido de promover transformações estruturais no processo de organização da sociedade. Nessa perspectiva, precisa ser enfrentado o problema de concentração fundiária e de renda, por meio da implementação de um amplo processo de reforma agrária, do estímulo à agricultura e agroindústria de base familiar, do apoio aos microempreendimentos urbanos de base familiar e às estruturas produtivas solidárias. São essas iniciativas que permitem criar tanto uma sólida política de dinamização sócioeconômica de desenvolvimento local, quanto as condições básicas para a implementação de uma efetiva política de inclusão, justiça social e de combate às desigualdades.

Outro aspecto que potencializa e agrega valor à produção local, e que é um importante elemento a ser considerado na política de desenvolvimento, consiste na viabilização das micro, pequenas e médias empresas. Estas, além de representar uma base importante das economias locais e regionais, são responsáveis por grande parte dos postos de trabalho, sendo um segmento dinâmico da economia local, regional e nacional. O estímulo à constituição de redes de cooperação entre essas empresas, mesmo quando de setores concorrentes, é fundamental no sentido de viabilizar soluções para problemas comuns, de garantir ganhos de escala e de maior potencial de promoção comercial e negociação conjunta de seus produtos.

A agricultura familiar é um elemento constitutivo para se pensar uma política de desenvolvimento local. A importância da agricultura familiar no aspecto econômico deve-se ao fato dela possuir uma significativa participação no resultado do PIB nacional, além de ser responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pela população. Ela representa também um valor importante no aspecto social, na medida em que vivem da e na agricultura familiar milhões de pessoas que, com a sua cultura e características próprias, vivem no meio rural e constituem as bases da sociedade. Além do mais, os agricultores familiares têm condições de desenvolver estratégias produtivas que permitem gerar empregos, distribuir renda e melhorar a qualidade de vida.

As cadeias produtivas, sobretudo aquelas consolidadas regionalmente e que se destacam como importantes setores de densidade econômica e agregação de postos de trabalho, e suficiente competitividade para conquistas de mercados internos e externos (os chamados “sistemas locais de produção”), não podem ser desconsiderados numa política de desenvolvimento local, na medida em que formam a base da nossa indústria de transformação. Torna-se também fundamental valorizar e oportunizar que o conhecimento técnico-científico da região possa ser mobilizado e estimulado, no sentido de agregar valor nas atividades econômicas e sociais, fomentando um arranjo virtuoso de capacidade inovadora.

4. Conceção de desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento, eis uma palavra de ordem em nossos dias. Segundo dicionários da língua portuguesa, *desenvolvimento* significa, genericamente, processos que são dinâmicos de melhorias, ações que sempre implicam numa série de mudanças que, no fundo, devem se constituir como uma evolução, um crescimento gradativo. Contudo, toda noção de crescimento de forma indefinida acaba por se caracterizar insustentável.

Talvez caberia uma pergunta simples: desenvolver o quê e para quê? Para José Eli da VEIGA, quando nos propomos a falar o que é desenvolvimento, existem três formas de responder a essa indagação:

Tratar do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico² o que apontamos num primeiro instante;

Afirmar que o desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito ou meramente manipulação ideológica – o que afirmamos ser o ‘desenvolvimento sustentável’;

Tratar da temática sobre o desenvolvimento indo além da ideia de desenvolvimento econômico. Este é o caminho mais difícil e mais complexo.

Diante disso precisamos trabalhar contra o enfoque dominante que cria o ambiente favorável ao desenvolvimento, afirmando contrariamente que se deve criar o modelo de desenvolvimento favorável ao ambiente (VEIGA, 2005, p. 17).

Na concepção de Veiga, para ser um modelo de desenvolvimento sustentável, necessita-se atender a quatro requisitos básicos.³ Ele deve ser:

- 1– Ecologicamente correto;
- 2– Economicamente viável;
- 3 – Socialmente justo; e
- 4 – Culturalmente aceito.

Assim, pode-se perceber que existem quatro anéis entrelaçados que permitem o andar da sustentabilidade. A supremacia de um deles ocasiona a ruptura de todo o sistema e adentra-se num modelo de desenvolvimento, mas distante da sustentabilidade.

2 Para um maior aprofundamento sobre o tema, sugerimos a leitura de VEIGA, 2005, p.17, em *Desenvolvimento Sustentável – O desafio do século XXI*.

3 No bojo das críticas à noção generalizadora e linear de progresso, foi criado, no início dos anos 90, o conceito de desenvolvimento sustentável, que procura incorporar novas dimensões ao tema, de modo que não fique restrito ao enfoque econômico. Esse novo termo (desenvolvimento sustentável) representa um inegável avanço na definição de uma nova concepção de desenvolvimento, ele visa contemplar, simultaneamente, uma abordagem dos processos econômicos, tecnológicos, político-institucionais, sociais, culturais, ambientais e espaciais.

A partir disso, vemos que há a necessidade de primeiro garantir-se a sustentabilidade da natureza e da sociedade para que, depois, se concretize um desenvolvimento que, levando em consideração a sustentabilidade, possa então se desenvolver.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu *desenvolvimento sustentável* como o que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. A argumentação se concentra em torno da dicotomia “norte-sul” e postula maior solidariedade do “norte” com o “sul” nos temas referentes à preservação ambiental (Terceiro Mundo, 1991, p.4).

Três eixos básicos a justificam, quais sejam:

1. A tecnologia atual e a organização social pressionam o meio ambiente. Os modelos atuais de desenvolvimento, de maneira geral, estão apoiados em padrões de crescimento não sustentáveis a longo prazo.

2. Assume prioridade cada vez maior a tarefa de satisfazer as necessidades das populações mais pobres, e de se introduzir uma dimensão ética e política na definição de desenvolvimento, o que irá requerer alterações qualitativas nos relacionamentos econômicos e sociais.

3. Propõe que a análise custo-benefício incorpore variáveis ambientais; enfatiza a importância da participação política da população; e, finalmente, recomenda equilíbrio entre o uso de recursos e o crescimento demográfico.

A noção de desenvolvimento sustentável deve ser entendida como parte de um processo de mudanças estruturais e implica numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento. Além disso, define uma visão de futuro, um projeto de sociedade e, no limite, de convivência da humanidade no planeta, pois os conflitos produzidos pelas sociedades contemporâneas colocam em risco, inclusive, a continuidade da vida na Terra (mudanças climáticas e ambientais, fome e miséria, ameaças de guerras atômicas, conflitos político-religiosos, disputas pelo uso dos recursos naturais não renováveis, principalmente o petróleo).

Ainda que prevaleça uma falta de consenso quanto ao significado dessa noção, é possível afirmar que três dimensões encontram-se fortemente presentes nos critérios que definem se uma estratégia de desenvolvimento é sustentável ou não:

Crescimento econômico com distribuição de riquezas e ampliação das condições individuais de escolha;

Justiça social, com eliminação da pobreza e das diferentes formas de exclusão social;

Adequação do crescimento à diversidade sócio-cultural e ambiental.

No entanto, é importante ressaltar dois aspectos: de um lado, a ausência de um desses elementos compromete o desenvolvimento sustentável, e, de outro lado, não se trata de implantar um conjunto de práticas econômicas “mais sociais” e ou “mais ambientalistas” do que o modelo atualmente hegemônico, mas de construir mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento vigente.

Defendemos a posição de que, na construção do projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, o Estado deve interferir na economia com todos os instrumentos que possui na busca do “distribuir para crescer” e “crescer distribuindo”, ao invés de “crescer para depois distribuir”, constituindo demandas e condições para impulsionar o mercado interno, gerando um processo de fortalecimento mútuo da economia e potencializando o fortalecimento da agricultura familiar, pois é ela que dinamiza e fortalece a economia da grande maioria dos municípios.

É importante salientar que o ímpeto do desenvolvimento sustentável não depende somente do econômico, mas sim dos elementos sociais e ambientais. O desenvolvimento sustentável acontece nos quatro níveis já referidos, não somente no viés econômico – o maior erro –, que é quando a economia abocanha a ecologia e o social.

O desenvolvimento rural sustentável representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-familiar que domina tecnologias e toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

Tanto para VEIGA como para ABRAMOVAY, qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil deve passar pelo fortalecimento da agricultura familiar. Os autores estão embaçados na experiência dos países desenvolvidos que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares como pilares, não só do desenvolvimento rural, mas também do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano.⁴

Reconhecendo que o desenvolvimento é um processo econômico, social, cultural, político e ambiental abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes.

Para CUNHA, DALMAGO e PIRES,

[...] a busca do desenvolvimento sustentável requer ações educacionais que vão além das salas de aula, especialmente em agricultura. Necessitamos de uma educação que estimule a imaginação e a formação do pensamento crítico e independente, que cultive a consciência da necessidade de interligações e que, prioritariamente, ensine princípios básicos, visando à construção de um planeta mais justo, solidário e sustentável [...]. A busca deste desenvolvimento almejado é mais que qualquer coisa, uma decorrência de um processo educacional que passa pelo respeito e pela incorporação da sabedoria popular e do conhecimento tradicional à ciência e tecnologia de ponta. Uma situação em que a participação

4 MIOR, Luiz C. A “agricultura familiar” e o “rural não agrícola” como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/Documentos/Biblioteca/agriculturafamiliar_ruralnaoagricola.pdf>. Acesso em: 29.07.2009.

dos atores locais torna-se indispensável. E a visão de uma nova pedagogia, caracterizada pelo comprometimento das partes, pelo compartilhamento de conhecimentos e de experiências, e pela responsabilidade social e com o ambiente (2008, p. 62).

Entre os vários desafios para a efetivação desse modelo de desenvolvimento sustentável, segundo VEIGA, é que a “[...] expressão desenvolvimento sustentável denota um recente valor que pode muito bem ter emplacado no discurso, mas que continua longe de se fazer sentir na prática”. Nenhuma nação poderá pegar o caminho de desenvolvimento sustentável se não cumprir o seguinte requisito: melhorar a qualidade de vida de cada cidadão tanto no presente quanto no futuro, com um nível de uso dos ecossistemas que não exceda a capacidade regenerativa e assimiladora de rejeitos do ambiente natural.⁵

A ideia de construir um projeto de desenvolvimento sustentável requer a articulação de um conjunto de elementos: retomada do crescimento econômico; fortalecimento das economias locais e regionais; inclusão social; combate à fome e à miséria; proteção e gestão ambiental; valorização da cultura popular; preservação dos recursos energéticos como patrimônio público; utilização de fontes alternativas de energia. Esta proposta de desenvolvimento pretende evidenciar todas as dimensões econômica, social, cultural e ambiental da transformação estrutural da sociedade, ou seja, a dimensão econômica interagindo de modo recíproco com os aspectos socioculturais e não se sobrepondo, como no atual modelo.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, desenvolver pressupõe ações que fortaleçam e dinamizem a economia e que resultem num crescimento que não seja restrito apenas aos indicadores do PIB, mas que esteja assentado na ampliação dos postos de trabalho, na distribuição da renda, na maior oferta de produtos e serviços essenciais à população e no respeito à preservação do meio ambiente. O desenvolvimento sustentável procura articular duas dimensões, ou seja, a natureza e a sociedade.

5 Cf. VEIGA, J. Eli da. *Conjuntura & planejamento*. Salvador, n.159, p.24-27, abr./jun. 2008.

A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão de que os recursos naturais se acabam e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente no Brasil. O conceito de desenvolvimento sustentável representa um grande avanço no campo das concepções de desenvolvimento e nas abordagens tradicionais relativas à preservação dos recursos naturais.

No relatório “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 como texto preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92), a ideia de desenvolvimento sustentável aparece nos seguintes termos:

[...] o atendimento das necessidades básicas requer não só uma nova era de ‘crescimento econômico’ para as nações cuja maioria da população é pobre, como a garantia de que esses pobres receberão uma parcela justa dos recursos necessários para manter esse crescimento [...]. Para que haja um desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta, quanto ao consumo de energia, por exemplo [...]. O desenvolvimento sustentável não é um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.

A partir dessa compreensão geral, o projeto de desenvolvimento sustentável requer a construção de políticas para a desconcentração da renda e da riqueza, com a priorização da agricultura familiar, da reforma agrária, da economia popular e solidária e dos microemprendimentos urbanos de base familiar, dispondo de incentivos (crédito e assistência) e buscando uma interação sistêmica com o meio ambiente. Assim, o apoio às formas de organização da atividade econômica, fundada na agricultura familiar, nos pequenos e médios empreendimentos

e na economia solidária, constitui-se num novo modo de desenvolvimento e de agricultura, que seja *socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições*.

No âmbito da agricultura familiar, na perspectiva da sustentabilidade, os agentes econômicos devem agir no sentido de atender todas as etapas do processo produtivo, trabalhando com o conceito e a prática de cadeia agroindustrial, desenvolvendo uma política pública e produtiva junto aos vários segmentos da cadeia da produção, industrialização e comercialização, garantindo assistência técnica de qualidade, com política de crédito subsidiada para o setor. Também é necessário promover uma mudança da matriz tecnológica, resgatando a diversificação e a multifuncionalidade da agricultura familiar, investindo na agroecologia e promovendo a segurança alimentar.

Portanto, no projeto de desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar, o agricultor, a agricultora e, por consequência, toda sua família, devem possuir o pleno controle e o domínio de todo o processo produtivo, ou seja, os agricultores devem estar inseridos em todos os momentos da produção, sentindo-se como os verdadeiros precursores e responsáveis por todas as etapas da cadeia produtiva, extrapolando a mera e exclusiva etapa da produção e venda *in natura*, partindo para a aquisição de condições de assumir etapas de maior agregação de valor, como a transformação e beneficiamento da matéria-prima, gestão e comercialização da sua própria produção.

Combater a concentração fundiária e realizar um processo massivo de reforma agrária é outro elemento fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais e do desenvolvimento de um projeto com sustentabilidade. A reforma agrária permite produzir uma dinâmica maior da economia nas regiões e municípios, contribuindo no enfrentamento da crise social e no fomento da agricultura familiar. Ela permite promover a inclusão econômica de milhares de agricultores que foram

excluídos do processo produtivo, potencializando a produção agrícola, trazendo benefícios à população urbana através da ampliação e da melhoria da qualidade da oferta de alimentos.

A questão ambiental é uma dimensão fundamental da nossa concepção de desenvolvimento. O conceito de sustentabilidade, além de um compromisso ético com as atuais e futuras gerações, representa o reconhecimento do caráter universal da temática ambiental e das relações de interdependência entre os problemas ambientais e as desigualdades sociais, tanto do ponto de vista dos seus fatores causais, a lógica de mercado e a acumulação privada da riqueza e da natureza, como sob a perspectiva das ações necessárias para sua reversão. Para que possamos avançar na construção de uma sociedade ecologicamente sustentável e socialmente justa, a política ambiental e as ações do conjunto de agentes políticos e econômicos devem estar fundamentadas na integração permanente da temática socioambiental com as estratégias de desenvolvimento econômico, considerando a preservação dos recursos hídricos, da matriz energética e produtiva, o controle e o saneamento ambiental, a biodiversidade.

Para garantir um crescimento econômico sustentável ao longo do tempo, e garantidor de justiça social, é fundamental fortalecer o mercado interno. Redistribuindo a renda e aumentando o poder de compra da classe trabalhadora, estaremos gerando mercado para expandir a produção e garantir um crescimento econômico, priorizando os setores intensivos na geração de emprego.

As políticas públicas criam importantes instrumentos para socializar e democratizar a riqueza e universalizar os direitos sociais, induzindo um processo continuado e sustentado de desenvolvimento. A destinação e o uso do solo urbano, o licenciamento das atividades econômicas e os investimentos e gastos de custeio públicos são importantes instrumentos de atuação econômica. O poder público municipal pode, e deve atuar na constituição de programas e parcerias para desenvolver a in-

fraestrutura, serviços, assim como a promoção da cooperação e da inovação produtiva, utilizando-os como instrumentos de indução do desenvolvimento.

A formulação de uma política de desenvolvimento sustentável precisa ser construída a partir do debate com a população, objetivando a democratização das políticas públicas e da articulação econômica, constituindo espaços públicos de participação popular e de articulação dos agentes produtivos, conferindo poder de decisão à população e promovendo sua organização. Nesse sentido, a população local, por meio de suas organizações sociais, tem o papel de pressionar o poder público municipal para que sejam viabilizados espaços públicos democráticos para a elaboração, discussão e definição de políticas públicas. Espaços como o Orçamento Participativo, Conferências Temáticas e os Conselhos Municipais devem existir e funcionar na sua plenitude. Portanto, para essa concepção, a democracia e a participação dos cidadãos, nas suas diferentes formas, resultam de opções políticas, implicando no deslocamento de poder para o empoderamento das classes populares.

A área de ciência e tecnologia recebe uma relevância especial no atual estágio civilizatório. Se por um lado, a evolução científica e tecnológica ampliou os conhecimentos e atuações do homem sobre a natureza, por outro despertou uma nova consciência de limites à humanidade. Não basta reconhecermos o potencial benéfico de tecnologias e atuações desenvolvidas pela humanidade, é preciso garantir a democratização do conhecimento e sua apropriação coletiva, relacionando-as com conquistas de qualidade de vida, saúde, educação, segurança, meio ambiente e emprego.

No desenvolvimento sustentável, o Estado deve interferir na economia com todos os instrumentos que possui. O papel do Estado na economia reside na afirmação de regras para o funcionamento do mercado, para estabelecer políticas de tributos públicos, para regular as relações de trabalho, para inves-

tir em infraestrutura e fomentar os setores estratégicos da economia, sobretudo a indústria e a agricultura, além de incidir na distribuição de renda e riqueza.

5. As entidades do município de Dona Emma

O município de Dona Emma, mesmo sendo um município de porte pequeno, possui um processo organizativo intenso. Existem várias iniciativas que contribuíram e contribuem para a organização de diferentes setores da sociedade, como, por exemplo, as organizações que atuam com a agricultura familiar. Destacamos o papel do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dona Emma, o qual é filiado à Fetraf-Sul, e que foi decisivo na constituição da primeira cooperativa do Sistema Cresol no Vale do Itajaí. Foi dentro da organização sindical que as discussões em torno da constituição de uma cooperativa de crédito ganharam força. A necessidade do acesso ao crédito por parte dos agricultores, somada ao processo seletivo instaurado pelos Sistemas convencionais, fizeram com que as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Dona Emma buscassem conhecer experiências em outras regiões, como era o caso da Cresol.

Na medida em que essas lideranças conheceram a forma de trabalho da Cresol, ambas, em conjunto com alguns agricultores, decidem constituir uma cooperativa de crédito em 2001, como uma forma de sanar as lacunas do acesso ao crédito, em especial ao Pronaf, por parte de muitos agricultores familiares. A partir do convencimento para a constituição da Cresol, a qual passou a ter sua sede já no período inicial, instalada provisoriamente no STR de Dona Emma, fica caracterizado como um marco de grande valia na história do município e da região, pois foi a partir de Dona Emma que o Sistema Cresol começou a se expandir para outros municípios identificados com esse mesmo modelo de cooperativismo.

Além do envolvimento direto do STR, de outras organizações e Associações, também a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e ONGs foram fundamentais para garantir o surgimento, crescimento e sustentação da Cresol Dona Emma.

A Cresol possui tamanha importância no município que, a partir dela, várias outras iniciativas surgiram no intuito de ajudar os agricultores familiares a desenvolverem diferentes formas de produzir, agroindustrializar e comercializar sua produção, tendo sempre o acesso ao crédito como principal elemento alavancador. Alguns exemplos disso: a constituição de uma cooperativa de Produção, a Cooperativa de Agricultores Familiares do Vale do Itajaí (COOPERFAVI), a Rádio Comunitária Atitude FM, entre outras instituições.

Esta reflexão reforça a tese que a mudança e a transformação social passam, necessariamente, pela articulação de todas as forças vivas da comunidade, em torno de objetivos comuns que buscam construir novas estratégias para o desenvolvimento local e regional, de forma sustentável e solidária. Temos clareza que isoladamente teremos sérias dificuldades de pensar ações mais organizadas e estruturadas, no intuito de construir novas iniciativas e que estas sejam permanentes e duradouras. Ações isoladas encontram dificuldades em ser mantidas, pois toda organização demanda de um amplo capital social e político, e estes somente são passíveis de ser encontrados em processos organizativos e coletivos para além do mundo individual.

6. A Cresol Dona Emma fomentando o desenvolvimento local

Estamos de forma permanente afirmando a importância da Cresol Dona Emma no fomento do desenvolvimento local e regional, sempre levando em conta as premissas de desenvolvimento já apresentadas aqui.

A Cresol Dona Emma possui atualmente 2.440 associados e conta com quatro Unidades de Atendimento (Mirim Doce, constituída em 15 de janeiro de 2010; a de Taió, em 24 de fevereiro de 2005, a abertura das portas foi em 24 de maio do mesmo ano, depois incorporada pela Cresol Dona Emma, em 25 de junho de 2009; a de Presidente Getúlio, em 15 de setembro de 2008; e a de Ibirama, em 18 de setembro de 2010).

Nestes 10 anos, a Cresol Dona Emma financiou o seguinte:

- 117 casas, somando um montante de R\$418.387,49;
- Operações de custeio Banco do Brasil: R\$ 3.303.467,07, totalizando 443 favorecidos, tendo a média por contrato atingido a cifra de R\$ 7.457,04;
- Custeio BNDES, no valor de R\$ 6.079.449,60, totalizando 283, numa média de R\$ 21.482,15;
- Banco Safra– Bradesco, um montante de R\$ 1.950.001,00, somando 70 contratos, numa média de R\$ 27.857,16;
- Investimento BRDE de R\$ 684.753,00, em 35 contratos;
- Investimento BNDES de R\$ 8.842.238,16, totalizando 376 contratos, numa média de R\$ 23.516,59;
- Investimento Banco do Brasil, um montante de R\$ 368.432,07, em 36 contratos, uma média de R\$ 10.234,22;
- Total financiado na linha de repasse, R\$ 21.228.341,80.

Os itens mais financiados foram tratores, microtratores, infraestrutura para gado de leite (ordenhadeiras, resfriador), gado de leite, gado de corte, construções agrícolas (construções de galpão, paiol, reformas), melhoramento de pastagens, suinocultura, piscicultura, entre outros.

São milhões de reais que foram repassados aos associados da Cresol Dona Emma, e esses valores, por sua vez, foram investidos na região, impondo uma nova radiografia do ponto de vista da estruturação dos agricultores familiares que, a partir da constituição da cooperativa, inauguraram uma nova fase de inserção social, podendo acessar bens e serviços os quais até então estavam privados.

Observamos na região que a cada nova operação de crédito concretizada pela Cresol Dona Emma, novas sementes são plantadas visando auxiliar na viabilidade dos agricultores familiares da região, permitindo que tenham mais renda e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida, podendo assim continuarem no meio rural produzindo alimentos e garantindo sua sobrevivência e a de muitos que dependem de sua produção para viver.

Para Roberto Plotz comerciante do interior do município de Dona Emma, a Cresol teve grande contribuição para o desenvolvimento da região, pois foi

[...] por meio das linhas de financiamentos que a Cresol proporcionou que os agricultores tiveram a oportunidade de custear sua lavoura, financiar empreendimentos que melhorassem suas propriedades, adquirir equipamentos novos e usados para o trabalho no dia a dia, além da compra e venda de gado, cavalos e assim por diante. As casas financiadas pela Cresol também foram uma contribuição maravilhosa, pois pudemos notar a diferença e o sorriso nos olhos das pessoas que foram contempladas. Caso não tivesse a Cresol Dona Emma, seria difícil, talvez não houvesse nem a metade dos investimentos que hoje tem em nosso município. As coisas continuariam como estavam, os agricultores saindo da roça e indo embora para a cidade sem ter nenhum incentivo, sem contar o crescimento local do comércio, que teve a oportunidade maravilhosa de começar a vender mais e melhor seus produtos. Com o crescimento da Cresol, outros bancos que antes não tinham olhos para os agricultores começaram a enxergar as coisas de outra forma, pois perderam espaço e hoje estão indo atrás dos clientes.

Para Reginaldo Lazzaris, primeiro funcionário da Cresol Dona Emma [...] o trabalho da Cresol tem sido importante para o município, principalmente no estímulo ao crédito, fazendo com que seja injetado mais dinheiro na cidade, conseqüentemente, enriquecendo-o e valorizando mais.”

Importante destacar que a transformação social do município não passa somente pela atuação da Cresol, mas sim pelo trabalho articulado com outras entidades locais e regionais.

Essa articulação política é fundamental para garantir a sustentabilidade dos processos. Por outro lado, negar o papel, as contribuições e a importância da Cresol nestes 10 anos seria um equívoco, pois é perceptível que foi a partir das ações da Cresol a cada ano que a realidade agrícola e urbana do município e região mudaram. Atualmente, a grande maioria dos municípios do Vale do Itajaí possuem Cresol.

Cabe uma nota especial, a Cresol Dona Emma, entre todas as ações que desenvolve, permitiu a formação e o surgimento de muitas lideranças que atuam em diferentes espaços do Sistema Cresol SC/RS e em outras organizações. Nesse sentido, foi a partir da Cresol Dona Emma que surgiu o atual presidente da Cresol Central SC/RS, atuando inicialmente como funcionário, depois como diretor da Cresol Dona Emma, como coordenador de Base e diretor na Central. O desafio de fomentar o surgimento de novas lideranças que atuem no Sistema ou em outros espaços organizativos da sociedade está na pauta da Cresol Dona Emma e também em todas as outras cooperativas que fazem parte do Sistema.

7. Considerações finais

Um projeto de desenvolvimento sustentável passa pelo fortalecimento da agricultura familiar, constituindo-a como sujeito social, político e econômico; pela implementação de um amplo processo de Reforma Agrária, que resulte numa acentuada redução da concentração fundiária no país; e numa redistribuição das riquezas e do poder a ela associados. Passa ainda por constituir uma política afirmativa de inclusão social, apoiando as iniciativas ligadas ao universo da economia solidária; na proposição de políticas de apoio, pesquisa, assistência técnica às pequenas e médias empresas; na construção de políticas públicas que atuem numa perspectiva universalista; além da democratização de todos os espaços do Estado brasileiro.

Um projeto de desenvolvimento deve primar pela melhoria da qualidade de vida, igualdade de oportunidades, redução das desigualdades sociais, mudança nas relações sociais, conservação dos recursos naturais, preservação do patrimônio cultural, participação social nos processos de gestão das políticas públicas e de construção da cidadania. Este tem sido o trabalho da Cresol Dona Emma nos seus 10 anos de sua história, e ela pretende continuar com essa mesma filosofia, atuando como um estratégico agente de desenvolvimento local, buscando a erradicação da pobreza extrema, empunhando a bandeira da justiça social e de cooperativismo de crédito solidário.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas:Ed. HUCITEC e Ed. UNICAMP, 1998.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2. ed. Porto Alegre:Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre:Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In:<www.planetaorganico.com.br/trabcaporalcostabeber.htm> Acessado em 22 de fevereiro de 2011.

CECCONELLO, Rene; CONTI, Irio Luiz; PIES, Marcelino (Orgs.). *Agricultura familiar: caminhos e transições*. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

CONTI, Irio Luiz; MAGRI, Cledir A. (Orgs.) *Agricultura familiar: alternativas em construção*. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

DELGADO, Guilherme. *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária*. In: Revista estudos avançados da USP.n. 43. São Paulo, set./dez. 2001.

FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FAO/INCRA. O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescobre. Brasília, fevereiro, 2000. República Federativa do Brasil. *Constituição Federal de 1998*. República Federativa do Brasil. Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei n. 11.326, 24 jul. 2006.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MIOR, Luiz C. A “agricultura familiar” e o “rural não agrícola” como estratégias de desenvolvimento rural: algumas controvérsias do debate. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/Documentos/Biblioteca/a_agriculturafamiliar_ruralnaoagricola.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2009.

SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

SILVA, José Graziano da. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Desenvolvimento rural regional e articulações extra-regionais. In: *Anais do I Fórum Internacional: território, desenvolvimento rural e democracia*. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar*. Velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento de Passo Fundo – Pós-anos 90. Passo Fundo: Ed. UPF; Porto Alegre: EST, 2006.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável*. O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

